PEDEPES

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

DIAGNÓSTICO

TOMO III

SECTOR ECONÓMICO

AMRS
Associação de Municípios da Região de Setúbal

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

– Diagnóstico Prospectivo –

Tomo III – Sectores Económicos

SUMÁRIO

III. SECTORES ECONÓMICOS 3

1. Caracterização da estrutura produtiva da Península de Setúbal 3

1.1. A Dinâmica de Emprego por Grandes Actividades 3

1.2. Estrutura de Especialização Produtiva 9

1.3. Uma Leitura da Indústria Transformadora à Luz dos Factores-Chave de Competitividade 14

2. Análise do tecido empresarial da Península de Setúbal 16

2.1. Enquadramento Geral da Estrutura Empresarial 18

2.2. Estrutura Dimensional das Empresas 19

2.3. Dinâmica Empresarial 34

2.4. Concentração Empresarial 43

2.5. Indicadores Económico-Financeiros 51

3. A dinâmica das actividades económicas na Península de Setubal: linhas fundamentais de evolução e desafios futuros 57

Anexo 1 63

Anexo 2 64

III. SECTORES ECONÓMICOS

1. Caracterização da estrutura produtiva da Península de Setúbal

De forma a proceder a uma caracterização da estrutura produtiva da NUT III Península de Setúbal (PS), foi avaliada a especialização produtiva da região mencionada, bem como da NUT III Grande Lisboa (GL), da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), com base numa análise da repartição por grandes grupos de actividades económicas. Em seguida, é feita uma caracterização da especialização produtiva da região com base numa classificação sectorial mais desagregada, e, por último, é possível observar uma caracterização da especialização produtiva com base em grupos de indústrias segundo os factores-chave de competitividade explorados.

1.1. A Dinâmica de Emprego por Grandes Actividades

Tendo em conta que a competitividade de uma região se encontra intrinsecamente relacionada com o respectivo perfil de especialização produtiva, foi efectuada uma caracterização sintética da especialização produtiva do conjunto de regiões que tem vindo a ser abordado.

A análise da especialização produtiva, quer seja em termos da sua dimensão sectorial, quer na sua dimensão regional, baseia-se, geralmente, em variáveis-chave como o valor acrescentado e os fluxos de comércio com o exterior. Na ausência de informação estatística recente sobre fluxos de comércio inter-regional, tem-se por base a variável emprego.
O **Indicador de Localização** ou de **Concentração** baseia-se na seguinte expressão:

$$L_{ir} = (E_{ir}/E_r) - (E_i/E_t)$$

Onde:
L_{ir} = Indicador de localização do ramo de actividade i na região r
E_{ir} = Volume de emprego do ramo de actividade i na região r
E_r = Volume de emprego total na região r
E_i = Volume de emprego do ramo de actividade i no conjunto das regiões
E_t = Volume de emprego no conjunto das regiões

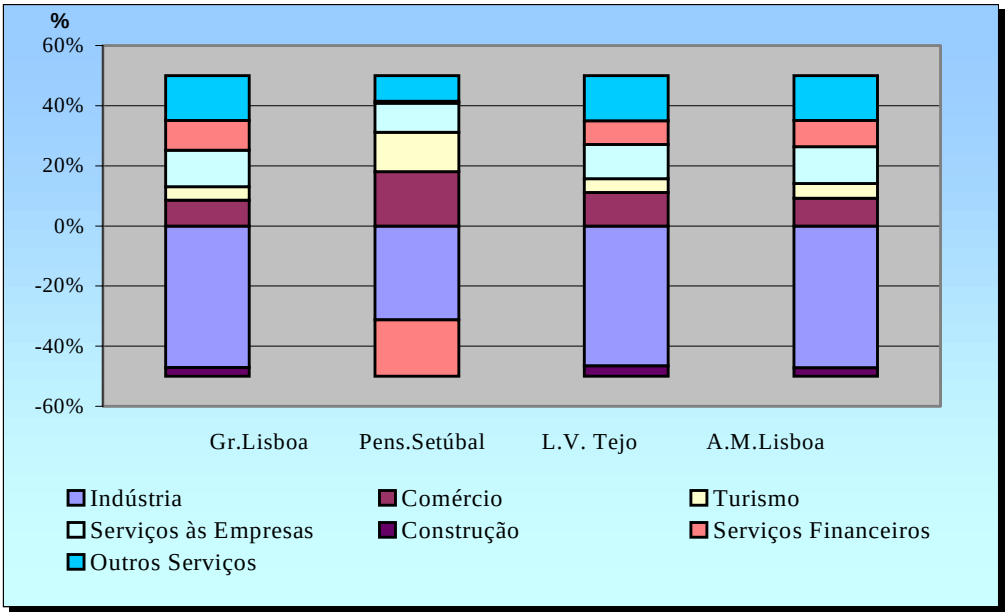
O indicador de localização exprime o grau de concentração de cada actividade na região em análise tomando como referência o peso que essa mesma actividade tem no conjunto do país. Deste modo, um valor positivo significa uma maior concentração relativa de uma actividade numa determinada região em relação ao país. Nesse caso, pode concluir-se que a região r está especializada no ramo de actividade i.

O gráfico III.1 permite comparar a estrutura sectorial do emprego em cada região mencionada com a estrutura nacional do emprego através do Indicador de Especialização anteriormente descrito (no qual um valor positivo significa uma maior concentração relativa de uma actividade numa determinada região em relação ao país) e permite aferir sobre a existência de assimetrias entre as regiões em causa, através da comparação das respectivas estruturas de emprego.

As regiões RLVT, GL e AML apresentam uma base de actividades consideravelmente diversificada, nomeadamente no âmbito de actividades propiciadoras de um ambiente empresarial favorável, tais como serviços às empresas, serviços financeiros e outros serviços. O conjunto das três regiões mencionadas apresenta uma subespecialização na indústria e nas actividades de construção.

A PS evidencia uma subespecialização a nível da indústria e dos serviços financeiros e apresenta, também, uma base de actividades diversificada, uma vez que apresenta uma sobreespecialização nos restantes grupos de actividades consideradas.

Gráfico III.1 - Estrutura de Emprego
(diferença, em %, relativamente à média nacional)



Fonte: Construído com base no INE, Contas Regionais.

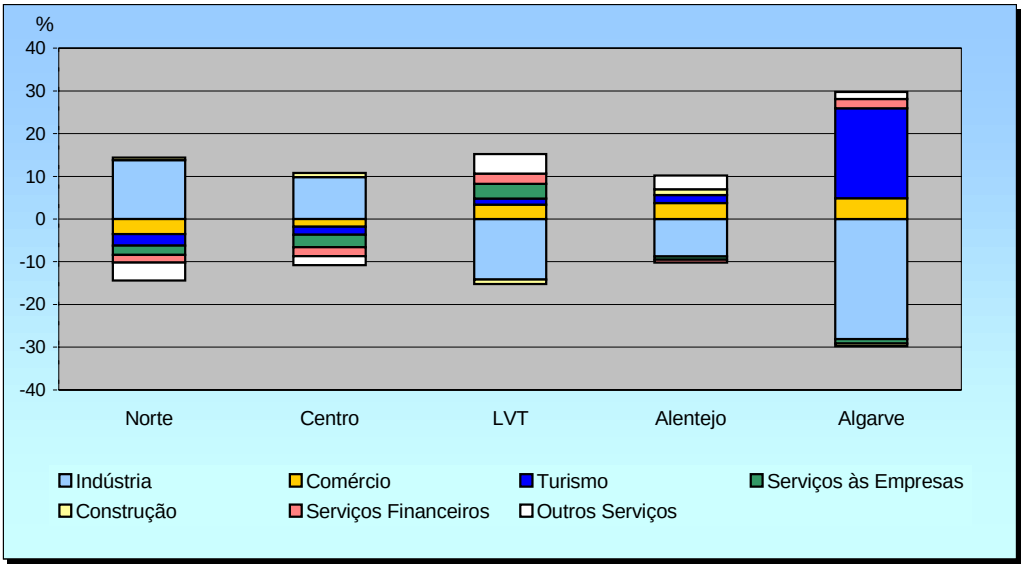
O gráfico III.2 fornece informação relativa às estruturas de emprego por NUT II, sendo possível observar, utilizando como recurso o Indicador de Localização, as diferenças da estrutura sectorial do emprego em cada região face à estrutura nacional de emprego, o que evidencia um conjunto de especificidades das mesmas e permite detectar algumas assimetrias entre a NUT II RLVT, que engloba a região PS, e as restantes NUT II que, em seguida, são apresentadas.

Neste sentido, é possível verificar que a RLVT aparece como a que apresenta uma base de actividades com um grau de diversificação mais acentuado, possuindo uma clara especialização nos serviços às empresas, serviços financeiros e outros serviços.

O Norte e Centro deixam transparecer uma nítida sobreespecialização na indústria e uma subespecialização a nível dos serviços, contrastando, fortemente, esta situação com a apresentada pela região de Lisboa e Vale do Tejo.

O Alentejo e Algarve apresentam uma sobreespecialização no comércio e turismo e uma subespecialização na indústria. Assim como as regiões Norte e Centro, o Alentejo apresenta uma subespecialização em serviços de suporte a actividades empresariais, tais como serviços financeiros e serviços às empresas.

Gráfico III.2 - Estrutura de Emprego no Continente (diferença, em %, relativamente à média nacional)



Fonte: Construído com base no INE, Contas Regionais.

Apesar de os sectores até aqui considerados serem os mais relevantes a nível da região e do país, a agricultura também não deve ser descurada, não só devido à sua importância dimensional, mas também porque se identifica com certos modos de vida ainda fortemente enraizados e com um conjunto de valores culturais que enquadram ainda um número significativo de acções e comportamentos dos agentes económicos. Note-se, no quadro 1, que a agricultura regista um peso relativamente baixo, quer no VAB da PS, quer no VAB do Continente, que, para além do mais, tem vindo a diminuir desde 1990.

Quanto ao emprego, por outro lado, e apesar da tendência ser também de diminuição da sua importância ao longo dos anos, parece haver alguma discrepância entre a situação da PS e a do Continente: a afectação de pessoas à agricultura é muito menor na PS. Esta situação está relacionada com o facto de a produtividade agrícola desta região ser elevada, conforme vamos ver mais à frente.

Quadro III.1 - Peso da Agricultura na Península de Setúbal e no Continente

		1990	1991	1992	1993	1994	1995
Península de Setúbal	VAB	5,1%	3,9%	3,8%	3,4%	3,3%	3,4%
	Emprego	7,5%	6,8%	6,2%	5,5%	5,3%	5,4%
Continente	VAB	6,7%	5,5%	4,5%	3,9%	4,2%	4,2%
	Emprego	17,5%	16,4%	15,0%	14,0%	13,8%	13,7%

Fonte: Contas Regionais do INE.

A PS caracteriza-se por ser uma região onde se desenvolve, a par de uma agricultura minifundiária ribeirinha, essencialmente baseada na horticultura, viticultura, fruticultura e em actividades pecuárias intensivas, uma agricultura caracterizada por explorações de média e grande dimensão com um orientação predominantemente agro-silvo-pastoril.

A primeira zona é predominantemente plana e os agricultores, trabalhando, essencialmente, a tempo parcial, sofrem a pressão intensa das frentes de expansão urbana e industrial, que exercem uma acção fortemente agressiva sobre o ambiente por via da poluição química e orgânica dos solos. Neste sentido, há que compatibilizar as tecnologias de produção com a necessidade de evitar os riscos de uma crescente poluição de origem agrícola e agro-industrial e que promover a viabilização de sistemas de produção agro-florestal capazes de assegurar uma adequada valorização dos recursos ambientais e paisagísticos da região.

É de prever que esta zona mantenha, no futuro, um tipo de agricultura semelhante ao actual, destinada, essencialmente, ao abastecimento dos grandes centros de consumo que lhe estão próximos, já que a evolução da PAC terá aqui uma influência pouco importante. Admite-se, por outro lado, que a área disponível continue a restringir-se e que a actividade se exerça, a título cada vez mais complementar, por agricultores a tempo parcial.

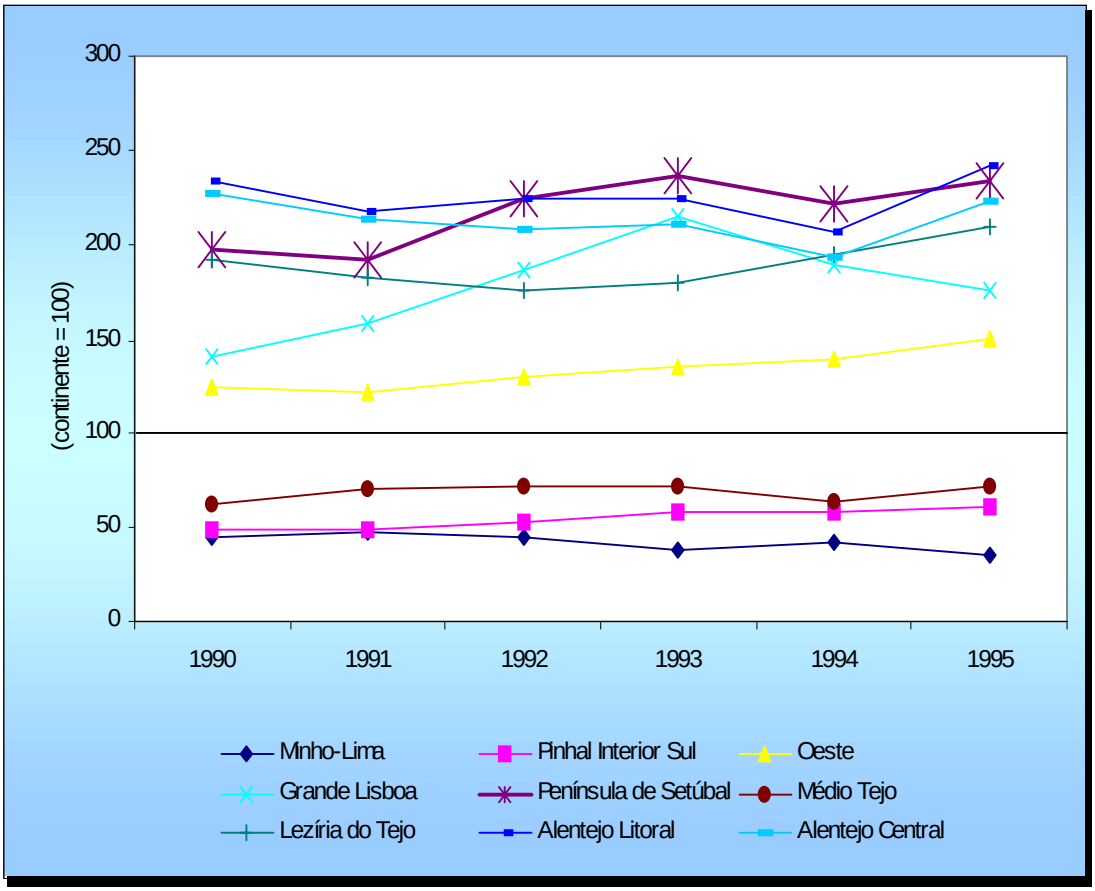
Quanto à segunda zona, mais arborizada e ocupada por actividades mistas e agro-pecuárias relativamente extensivas, poder-se-á prever no futuro uma maior especialização florestal, com uma ligeira redução pecuária. Não se prevêem, assim,

outras alterações particulares, com excepção para o reforço da tendência já actual para um maior parcelamento fundiário com ocupações não agrícolas e de lazer.

O gráfico seguinte dá-nos uma ideia da produtividade do sector primário na PS, por comparação com o que se passa no Continente e noutras regiões do país.

Tomando o Continente como base de comparação, a PS é uma das regiões onde a agricultura, apesar de não ser a actividade mais relevante, conforme já visto anteriormente, revela maior produtividade.

Gráfico III.3 - Produtividade do Sector Primário



Fonte: Contas Regionais do INE

Com uma produtividade agrícola francamente superior à do Continente, a PS inclui-se no conjunto das NUTS III cuja produtividade é mais elevada. A par de regiões como o Alentejo Litoral e Central, a PS registou uma subida acentuada nos

seus níveis de produtividade entre 1991 e 1993 (ano em que atinge a maior produtividade do país). A elevada dimensão das explorações agrícolas no Alentejo e no interior da PS, associada ao tipo de culturas que aí se praticam, envolvendo um menor recurso a mão de obra, parece estar na base das elevadas produtividades agrícolas, por contraponto com as regiões menos produtivas do norte do país, onde predominam os minifúndios de base familiar, orientados, muitas vezes, para uma agricultura de subsistência e não para servir o mercado.

1.2. Estrutura de Especialização Produtiva

De forma a caracterizar a PS do ponto de vista da sua estrutura de especialização produtiva, é possível ter por base o cálculo de diversos indicadores, recorrendo aos dados fornecidos pelos Quadros de Pessoal no ano de 1997.

O Coeficiente de Diversificação permite avaliar a diversificação de actividades a nível da PS, podendo também ser utilizado como indicador de especialização.

O **Coeficiente de Diversificação** é um indicador que permite conhecer a estrutura económica de uma região, de forma a que se possa avaliar o significado dos desequilíbrios regionais. Para medir e avaliar os desequilíbrios, escolhe-se um termo de comparação designado por padrão. A escolha de um padrão recai, normalmente, sobre uma variável com distribuição espacial exemplar ou sobre um espaço que permita tomar como referência a sua distribuição sectorial. Para o estudo da estrutura económica da Península de Setúbal, utilizou-se, como espaço padrão, o Continente. Este indicador pode ser explicitado através da seguinte expressão:

$$CD_r = \frac{\sum |X_{rj}/X_r - X_{pj}/X_p|}{2}$$

Onde:
X_{rj} - é o valor da variável X na região r e na actividade j
X_r - é o valor da variável X na região r para o conjunto das actividades
X_{pj} - é o valor da variável X na região padrão (p) para a actividade j
X_p – é o valor da variável X na região padrão para o conjunto das actividades

Considerando como variável os recursos humanos ao serviço nos estabelecimentos, e tomando como espaço padrão o Continente, o coeficiente de diversificação da PS apresenta o valor de 0,183, em 1997. Tendo em consideração a

amplitude deste coeficiente como sendo entre zero e um, é possível concluir que a estrutura de diversificação da PS encontra-se consideravelmente próxima da estrutura produtiva do Continente.

A proximidade da estrutura produtiva da região da PS da estrutura do Continente é também visível ao observar os valores do coeficiente de diversificação: utilizando como variável o número de estabelecimentos, chegamos ao valor de 0,099 em 1997. Tendo em conta que o indicador apresenta valores superiores ao utilizar a variável emprego, a PS apresenta uma estrutura de número de estabelecimentos por actividade mais próxima do Continente do que a estrutura de emprego.

O **Índice de Diversificação** permite superar os inconvenientes relacionados com a escolha de um espaço padrão. Contudo, este índice também apresenta limitações, pois ao eliminar a referência ao espaço padrão torna-se um índice absoluto e, por essa razão, o seu valor é indiferente às actividades sobre as quais recai a especialização. O valor do índice de diversificação é obtido através da seguinte expressão:

$Dr = \sum drk \ (k = 1,\ldots,m)$

Onde: $dr1 = pr1$

$dr2 = pr1 + pr2$

…….

$drm = pr1 + \ldots + prm$

e $prj = Xrj/Xr$ (sendo os pr ordenados por ordem decrescente)

Xrj - é o valor da variável X na região r e na actividade j

Xr - é o valor da variável X na região r para o conjunto das actividades

Dr está compreendido entre um valor mínimo, (m+1)/2, que corresponde à diversificação máxima, e o valor m (número total de sectores), que indica ausência de diversificação.

A região da PS, ao considerar a variável estabelecimentos, apresenta um nível de diversificação bastante elevado, apresentando este indicador o valor de 29,307, que se aproxima do valor correspondente à situação de diversificação máxima[1].

Ao aplicar o índice de diversificação ao espaço nacional, obtém-se o valor de 28,313, o que indicia um nível de diversificação bastante próximo do da região PS.

Ao recorrer à variável recursos humanos em estabelecimentos, a região da PS apresenta, segundo o índice de diversificação, o valor 26,088, o que aponta para um nível de diversificação elevado. Ao aplicar o índice de diversificação ao espaço nacional, utilizando também a variável emprego, obtém-se o valor 25,508, o que confirma a proximidade da estrutura de diversificação entre a região da PS e o Continente.

O **Quociente de Localização** é um indicador do grau de especialização de uma região numa certa actividade.

O QL_{rj} pode ser definido a partir da seguinte expressão:

$$\mathbf{QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} \quad \frac{X_{pj}}{X_p} \; (0 \leq QL_{rj} \leq \infty)}$$

Onde:

QL_{rj} é o quociente de localização da actividade j na região r

X_{pj} é o valor da variável X para a actividade j no espaço padrão

X_p é o valor da variável X no espaço padrão no conjunto das actividades

Se QL_{rj} é igual a 0, a região não possui a actividade j e se QL_{rj} é igual a 1, a região r tem um grau de especialização idêntico ao do espaço padrão. Se QL_{rj} é maior que 1, a actividade j é mais importante na região r do que na região padrão.

Este indicador é uma medida relevante de especialização pois fornece uma medida da importância de cada sector na região, tendo em conta a respectiva dimensão nacional. Assim, pode ser um indicador das disparidades regionais na distribuição de uma determinada actividade. Se considerarmos a distribuição sectorial da actividade produtiva do espaço padrão como óptima, considera-se exemplar a região que mais se aproxima do espaço padrão. Contudo, esta hipótese

Com vista a analisar a especialização produtiva da região da Península de Setúbal, é possível utilizar o quociente de localização (QL_{rj}). Através da observação dos valores obtidos para este indicador, considerando que o espaço padrão é o espaço nacional e utilizando a variável emprego, verifica-se que a Península de Setúbal é uma região especializada em diversas actividades, que se encontram expostas no quadro abaixo, nas quais se destaca uma forte expressão da indústria transformadora.

De facto, os grupos de actividades de especialização mais significativa da Península de Setúbal fazem parte da indústria transformadora, sendo os seguintes:

- ✓ Fabricação de Equipamento Eléctrico
- ✓ Fabricação de Material de Transporte
- ✓ Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos
- ✓ Fabricação de Pasta, de Papel, de Cartão e seus Artigos
- ✓ Fabricação de Produtos Químicos
- ✓ Indústrias de Madeira e Cortiça e suas Obras

Quadro III.2 - Actividades de Especialização da Península de Setúbal

Actividades	Quociente de Localização em 1997
Fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, TV e comunicações	5.174
Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	4.334
Indústria metalúrgicas de base	3.911
Fabricação de outro material de transporte	2.660
Fabricação de pasta, papel e cartão	1.927
Fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais	1.799
Indústria da madeira e cortiça	1.379
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.	1.355
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipa.	1.291
Comércio a retalho (excepto veículos automóveis e combustíveis)	1.267
Educação	1.242
Comércio e reparação de veículos automóveis; comércio a retalho de combustíveis para veículos automóveis	1.233
Saúde e acção social	1.182
Alojamento e restauração	1.141
Reciclagem	1.090
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	1.044
Indústrias alimentares e de bebidas	1.026
Transportes e comunicações	1.010

Fonte: Quadros de Pessoal, 1997.

1.3. Uma Leitura da Indústria Transformadora à Luz dos Factores-Chave de Competitividade

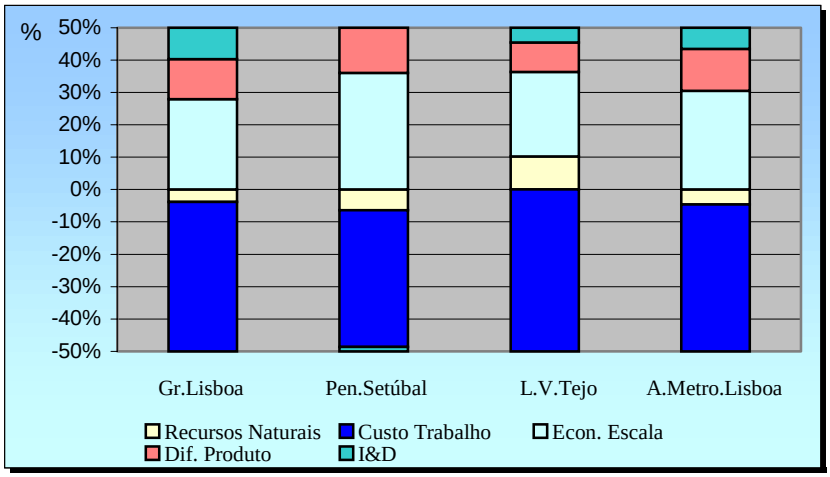
Tendo por base uma análise da especialização industrial por grupos de indústrias segundo os factores-chave de competitividade mais relevantes, é possível tecer algumas considerações relativas à especialização industrial das regiões PS, GL, RLVT e AML.

O gráfico seguinte permite observar o perfil de especialização industrial de cada região em termos da valorização dos diferentes factores competitivos, face à estrutura da indústria a nível nacional, através do Indicador de Localização anteriormente descrito. Neste sentido, o indicador de localização exprime o grau de concentração de cada actividade na região em análise, tomando como referência o peso que essa mesma actividade tem no conjunto do país. Deste modo, um valor positivo significa uma maior concentração relativa de uma actividade numa determinada região em relação ao país, podendo, neste caso, concluir-se que a região é especializada nesse ramo de actividade.

A observação do gráfico que ilustra a especialização industrial por grupos de indústrias, tendo por base os factores-chave de competitividade mais significativos, permite verificar que, no conjunto das regiões consideradas, é detectada uma forte subespecialização relativa nas indústrias em que prevalece o baixo custo de trabalho como factor-chave de competitividade e uma sobreespecialização relativa nas indústrias que se baseiam fortemente na exploração de economias de escala e na diferenciação de produto.

Enquanto que o perfil de especialização da PS se organiza em torno da exploração de economias de escala e esforço de diferenciação do produto, as restantes regiões apresentam um perfil de especialização que, para além de valorizar estes factores competitivos, se baseia também no esforço de Investigação e Desnevolvimento (I&D). A RLVT aparece como a única região considerada que aposta na valorização de recursos naturais.

Gráfico III.4 - Especialização por Factor-Chave de Competitividade das Regiões



Fonte: Construído com base no INE, Contas Regionais.

O gráfico III.4 fornece informação relativa à especialização industrial por grupos de indústrias segundo o factor de competitividade de maior relevância, para as NUT II, sendo possível observar, utilizando como recurso o Indicador de Localização, a especialização industrial de cada região face ao espaço nacional, o que coloca em evidência um conjunto de especificidades das diferentes regiões e permite detectar algumas divergências entre a NUT II RLVT e as restantes NUT II que, em seguida, são apresentadas.

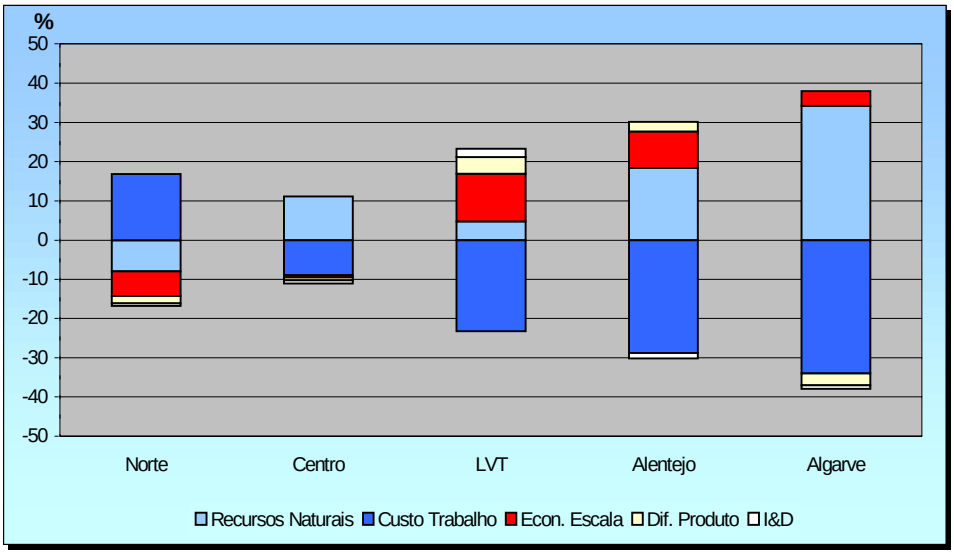
A observação deste gráfico permite reter divergências significativas entre a RLVT e a região Norte, pois enquanto a RLVT se demarca por uma forte subespecialização relativa nas indústrias que apresentam a exploração de baixos custos do trabalho como factor competitivo básico, a região Norte apresenta uma forte sobreespecialização relativa neste tipo de indústrias.

A RLVT apresenta-se como a única região do país com sobreespecialização nas indústrias ligadas à I&D e como uma das poucas NUT II que apresentam sobreespecialização nas indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala e da diferenciação do produto como factores de competitividade.

No conjunto das regiões apresentadas, todas elas, com excepção da região Norte, possuem um perfil de especialização que valoriza a exploração dos recursos

naturais como factor-chave de competitividade, apesar da região Centro se distinguir das restantes por apresentar um perfil de especialização que assenta, totalmente, na valorização dos recursos naturais.

Gráfico III.5 - Especialização Industrial por Factor-Chave de Competitividade nas Regiões do Continente



Fonte: Construído com base no INE, Contas Regionais.

2. Análise do tecido empresarial da Península de Setúbal

Representando 1,7% da área total do território português (1.529 Km^2), a NUT III PS faz fronteira, a sul, com a NUT III Alentejo Litoral, a leste, com o Alentejo Central, e a norte, com a Lezíria do Tejo e a GL.

Engloba os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, e constitui, em conjunto com a NUT III GL, a AML.

Esta análise da PS incorpora uma vertente regional, em que se pretende caracterizar o tipo de empresas (de acordo com a sua dimensão) existentes nos diferentes concelhos, e uma vertente sectorial, em que se pretende concluir pelos sectores de actividade predominantes, a nível regional e concelhio.

AS DIMENSÕES DA ANÁLISE

DIMENSÃO EMPRESARIAL

- ✓ microempresas - até 9 trabalhadores
- ✓ muito pequenas empresas - entre 10 e 49 trabalhadores
- ✓ pequenas empresas - entre 50 e 249 trabalhadores
- ✓ médias empresas - entre 250 e 499 trabalhadores
- ✓ grandes empresas - mais de 500 trabalhadores

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL

- ✓ Alojamento e restauração
- ✓ Construção
- ✓ Comércio
- ✓ Indústria
- ✓ Outros serviços
- ✓ Serviços financeiros
- ✓ Serviços prestados às empresas
- ✓ Transportes e comunicações

Esta análise baseada na evolução registada entre os anos de 1986 e 1997 deve ter presente que a simples comparação estanque da situação nos dois anos em causa não é um indicador da dinâmica empresarial da região, pelo facto de não reflectir o processo evolutivo intermédio, nomeadamente ao nível da turbulência empresarial.

Assim, e com o objectivo de fazer a análise da dinâmica empresarial no período em causa, caracterizar-se-á a demografia das empresas, nomeadamente no respeitante à criação, destruição e relocalização de empresas.

DEMOGRAFIA EMPRESARIAL
- ✓ saldo fisiológico = iniciativa – encerramento
- ✓ saldo migratório = mobilidade
  - ✓ relocalização intra-concelhos
  - ✓ relocalização inter-concelhos

2.1. Enquadramento Geral da Estrutura Empresarial

Pretende-se, neste ponto, dar uma perspectiva geral da inserção da PS no contexto empresarial português, nos anos de 1986 e 1997, no que se refere ao número e tipo de empresas existentes, bem como dos trabalhadores a elas afectos.

Esta análise é feita para todo o Continente português e para todos os sectores de actividade, com excepção da Agricultura e Administração Pública.

Quadro III.3 - Empresas e Trabalhadores na Península de Setúbal e no Resto do País

	1986		1997	
	Empresas	**Trabalhad.**	**Empresas**	**Trabalhad.**
Península de Setúbal	5130	63238	11134	97673
(% total)	***5,2%***	***3,5%***	***5,7%***	***4,4%***
Resto do País	92949	1720575	185912	2124615
Total	98079	1783813	197046	2222288

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Em 1986, as empresas situadas nesta NUT representavam 5,2% (5130 empresas) do tecido empresarial português e os trabalhadores a elas afectos, 3,5% (63238 trabalhadores) dos trabalhadores do país.

Em 1997, a situação é relativamente semelhante: as empresas representam 5,7% do tecido empresarial português e os trabalhadores 4,4%. O ligeiro aumento do peso da PS no quadro empresarial do país provoca, também, o aumento do peso do número de trabalhadores desta região no total do país.

Quadro III.4 - Tipo de Empresas na Península de Setúbal e no Resto do País

Tipo de Empresas	1986				1997			
	Península Setúbal		Resto do País		Península Setúbal		Resto do País	
	Emp.	Trab.	Emp.	Trab.	Emp.	Trab.	Emp.	Trab.
Micro	79,1%	23,2%	73,1%	15,0%	84,8%	31,4%	81,2%	24,0%
Muito Pequenas	17,3%	26,8%	21,6%	23,3%	13,1%	27,6%	15,7%	26,6%
Pequenas	3,0%	22,9%	4,5%	23,9%	1,8%	19,7%	2,7%	23,0%
Médias	0,3%	8,1%	0,5%	9,3%	0,2%	6,7%	0,2%	7,2%
Grandes	0,2%	19,0%	0,4%	28,5%	0,1%	14,6%	0,1%	19,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Na PS, predominam as microempresas (79,1% do total, em 1986, e 84,8%, em 1997). A situação é relativamente semelhante à do resto do país, onde elas representam 73,1%, em 1986, e 81,2%, em 1997.

As pequenas e médias empresas (PME) da PS representavam, em 1986, 3,3% das empresas existentes, e passaram para apenas 2%, em 1997, enquanto que no resto do país, de 5%, em 1986, passaram para 2,9%, em 1997.

Assim, enquanto nas microempresas a tendência é de aumento do peso da sua importância, tanto na PS como no resto do país, no caso das PME, ainda que a tendência seja de diminuição da sua importância, o cenário da PS revela uma tendência de aproximação face ao resto do país: repare-se que, em 1997, a diferença de peso das PME, entre a PS e o resto do país, era de 0,9 pontos percentuais, quando, em 1986, era de 1,7 pontos percentuais. Situação idêntica é a das grandes empresas, embora, evidentemente, com valores menos expressivos, cujo peso, em 1997, é de 0,1%, em ambos os cenários.

2.2. Estrutura Dimensional das Empresas

Passando a uma análise mais específica da PS, parece interessante fazer uma caracterização da estrutura das empresas que compõem os seus diferentes concelhos, nomeadamente no que se refere à quantidade e tipo de empresas existentes, número de trabalhadores e principais sectores de actividade.

Quadro III.5 - Empresas na Península de Setúbal

Concelhos	1986	1986 (% total)	1997	1997 (% total)
Alcochete	42	0,8%	249	2,2%
Almada	1559	30,4%	2975	26,7%
Barreiro	594	11,6%	1081	9,7%
Moita	250	4,9%	832	7,5%
Montijo	412	8,0%	727	6,5%
Palmela	207	4,0%	658	5,9%
Seixal	711	13,9%	1977	17,8%
Sesimbra	244	4,8%	678	6,1%
Setúbal	1111	21,7%	1957	17,6%
Total	5130	100,0%	11134	100,0%

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Os concelhos de Almada e Setúbal são os que podemos considerar como mais dinâmicos da região. Representam, em 1986, respectivamente, 30,4% e 21,7% das empresas existentes e, em 1997, 26,7% e 17,6%, respectivamente. No entanto, entre 1986 e 1997, destaca-se um decréscimo da concentração empresarial ao nível dos concelhos: em 1997, quase todos os concelhos concentram, pelo menos, 6% das empresas da região, com excepção de Alcochete (e mesmo neste caso, comparativamente a 1986, a situação melhorou, consideravelmente, de apenas 0,8% para 2,2%), contrariamente a 1986, onde as assimetrias eram mais acentuadas.

De registar que no ranking de concelhos com maior número de empresas, entre 1986 e 1997, o concelho de Setúbal é ultrapassado pelo Seixal, mantendo-se o concelho de Almada com o maior número de empresas.

Quadro III.6 - Trabalhadores na Península de Setúbal

Concelhos	1986	1986 (% total)	1997	1997 (% total)
Alcochete	1006	1,6%	1835	1,9%
Almada	14826	23,4%	20399	20,9%
Barreiro	5265	8,3%	8484	8,7%
Moita	3225	5,1%	6294	6,4%
Montijo	5321	8,4%	6347	6,5%
Palmela	3442	5,4%	12796	13,1%
Seixal	9512	15,0%	17700	18,1%
Sesimbra	2281	3,6%	4562	4,7%
Setúbal	18360	29,0%	19256	19,7%
Total	63238	100,0%	97673	100,0%

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

A mesma situação continua a verificar-se em relação ao número de trabalhadores por concelho. Almada e Setúbal, devido à maior concentração empresarial, concentram o maior número de trabalhadores da região: 23,4% e 29%, em 1986, respectivamente, e 20,9% e 19,7%, em 1997. O ano de 1986 parece, no entanto, revelar uma relativa discrepância pois, se o concelho de Almada representa 30,4% das empresas e o de Setúbal "apenas" 21,7%, o mesmo já não acontece em relação ao número de trabalhadores, cuja maior concentração se regista em Setúbal. Esta situação poderá ser explicada pela dimensão das empresas existentes em ambos os concelhos, em favor deste último.

Quadro III.7 - Tipo de Empresas por Concelho, em 1986

Concelhos	Micro	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Alcochete	34	7	-	-	1	42
Almada	1260	254	40	4	1	1559
Barreiro	492	89	10	3	-	594
Moita	204	36	7	2	1	250
Montijo	294	97	21	-	-	412
Palmela	148	48	9	1	1	207
Seixal	575	110	20	3	3	711
Sesimbra	199	35	10	-	-	244
Setúbal	854	214	38	2	3	1111
Total	4060	890	155	15	10	5130

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

As microempresas (4060 empresas) representam 79,1% do tecido empresarial da Península de Setúbal. Destas, 31% estão concentradas no concelho de Almada e 21% no concelho de Setúbal, enquanto em Alcochete apenas se localizam 0,8% das empresas.

As empresas com dimensão superior a 50 trabalhadores (PME e grandes empresas) representam apenas 3,5% da região. No entanto, o padrão de concentração parece diferenciar-se das empresas de muito pequena dimensão: destaca-se o concelho do Seixal, que concentra o maior número de médias e grandes empresas (6 empresas).

Quadro III.8 - Tipo de Empresas por Concelho, em 1997

Concelhos	**Micro**	**Muito Pequenas**	**Pequenas**	**Médias**	**Grandes**	**Total**
Alcochete	212	33	4	-	-	249
Almada	2565	371	36	2	1	2975
Barreiro	924	131	25	1	-	1081
Moita	722	96	11	2	1	832
Montijo	606	100	19	2	-	727
Palmela	526	111	16	3	2	658
Seixal	1681	257	33	2	4	1977
Sesimbra	598	70	8	2	-	678
Setúbal	1612	289	47	5	4	1957
Total	9446	1458	199	19	12	11134

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Em 1997, o peso das microempresas na região acentua-se (de 79,1% passa para 84,8%), mas parece revelar-se uma diminuição da sua concentração inter-concelhos: diminui o peso dos concelhos de Almada e Setúbal, que registam, agora, 27,2% e 17,1% das microempresas, respectivamente, enquanto se regista a ascensão do concelho do Seixal (17,8%, contra os 14,2% de 1986).

Seixal é o concelho em maior expansão microempresarial. Em 1997, passa a concentrar o segundo maior número de microempresas (1681). Esta situação não é tão evidente nos restantes tipos de empresas, embora também seja de registar o aumento da sua concentração neste concelho.

O número de trabalhadores existentes em cada concelho é o reflexo da estrutura empresarial existente. Como tal, nos concelhos onde predominam as grandes

empresas haverá maior número de trabalhadores, quando comparado com concelhos com empresas maioritariamente de pequena dimensão.

Quadro III.9 - Trabalhadores por Tipo de Empresas e por Concelho, em 1986

Concelhos	Micro	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Alcochete	139	194	-	-	673	1006
Almada	4484	4907	3350	1301	784	14826
Barreiro	1688	1697	760	1120	-	5265
Moita	750	616	717	615	527	3225
Montijo	1108	1945	2268	-	-	5321
Palmela	583	869	859	315	816	3442
Seixal	2106	2008	1997	937	2464	9512
Sesimbra	709	723	849	-	-	2281
Setúbal	3117	3976	3708	830	6729	18360
Total	14684	16935	14508	5118	11993	63238

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

A distribuição dos trabalhadores pelos concelhos da Península de Setúbal é semelhante à estrutura existente dentro de cada tipo de empresa. As microempresas predominam nos concelhos de Almada e Setúbal e, como tal, os trabalhadores das microempresas também se concentram em maior número nestes concelhos (4484 e 3117, respectivamente). Da mesma forma que as grandes empresas se distribuem mais intensivamente pelos concelhos de Setúbal e Seixal, também o número de trabalhadores reflecte esta estrutura, embora possamos concluir que as empresas de Setúbal sejam de dimensão superior às do Seixal (ambos os concelhos têm 3 grandes empresas mas, enquanto o Seixal regista apenas 2464 trabalhadores nestas empresas, Setúbal regista 6729 trabalhadores).

Quadro III.10 - Trabalhadores por Tipo de Empresa e por Concelho, em 1997

Concelhos	Micro	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Alcochete	670	621	-	-	.	1835
Almada	8421	6659	3595	734	990	20399
Barreiro	2957	2459	2731	337	-	8484
Moita	2159	1732	1166	704	533	6294
Montijo	2057	1929	1811	-	-	6347
Palmela	1779	2288	1847	947	5935	12796
Seixal	5332	4750	2604	754	4260	17700
Sesimbra	1800	1221	797	-	-	4562
Setúbal	5466	5346	4155	1742	2547	19256
Total	30641	27005	19250	6512	14265	97673

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Em 1997, registou-se um aumento da concentração de microempresas no concelho do Seixal, mas, embora registe maior número de empresas que Setúbal (1681 contra os 1612 de Setúbal), o número de trabalhadores é um pouco inferior (5332 contra os 5466 de Setúbal).

Palmela é o concelho que concentra as empresas de maior dimensão. Apesar de apenas existirem duas grandes empresas, o facto de estas concentrarem 5935 trabalhadores é um bom indicador da sua dimensão média (2967 trabalhadores). Setúbal evidencia a situação contrária. Concentra o maior número de grandes empresas (4), embora com uma menor dimensão média (636 trabalhadores), num total de 2547 trabalhadores.

O Seixal, passando de 3 para 4 grandes empresas entre 1986 e 1997, parece revelar também um aumento da dimensão médias dessas empresas: de uma média de 821 trabalhadores, em 1986, passa para 1065, em 1997.

Uma melhor visualização da concentração de empresas e trabalhadores, de acordo com a sua dimensão, poderá ser obtida com os gráficos das páginas seguintes (construídos com base nos Quadros de Pessoal, 1986 e 1997), onde se representa a distribuição de empresas e trabalhadores por concelhos, no total para cada tipo de empresas.

Ainda que as estruturas de cada tipo de empresa se mantenham semelhantes nos dois anos em causa, quer na sua distribuição por concelhos, quer no que respeita ao número de trabalhadores envolvidos, a sua comparação permite-nos tirar algumas conclusões, nomeadamente na associação feita entre a dimensão das empresas e o número de trabalhadores que lhes estão afectos.

Assim, destaca-se a regularidade existente nas empresas com menos de 50 trabalhadores (microempresas e muito pequenas empresas), no que se refere ao peso, em cada concelho, de empresas e trabalhadores afectos. A pequena dimensão das empresas justifica a regularidade existente entre a quantidade de empresas e de trabalhadores.

É nas empresas de média e grande dimensão que a situação se altera. Por um lado, a inexistência de empresas de grande porte nos concelhos de Sesimbra e Montijo parece um bom indicador da sua especialização em empresas de pequena dimensão (repare-se que ambos os concelhos revelam uma representatividade significativa ao nível das micro e pequenas empresas). Por outro lado, o facto de Setúbal concentrar a maior parte dos trabalhadores empregues nas grandes empresas indica-nos que este concelho concentra as empresas de maior dimensão. Situação contrária acontece no Seixal onde, apesar de se concentrar uma parte substancial das grandes empresas, elas são de menor dimensão que as de Setúbal.

Gráfico III.6 - Microempresas em 1986

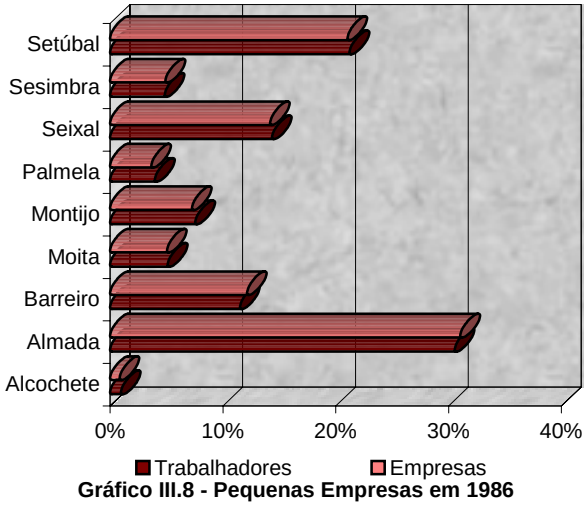


Gráfico III.7 - Muito Pequenas Empresas em 1986

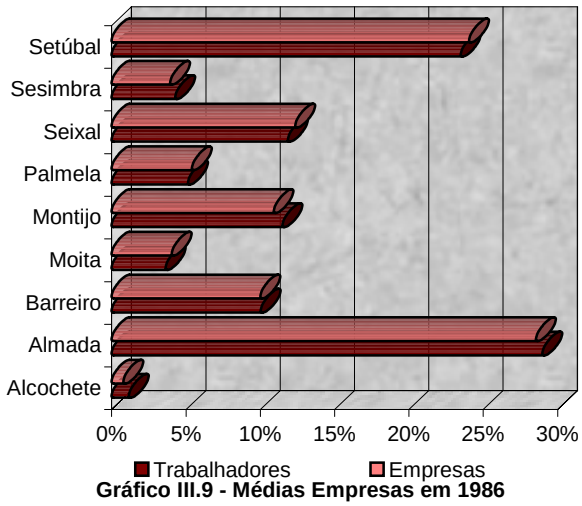


Gráfico III.8 - Pequenas Empresas em 1986

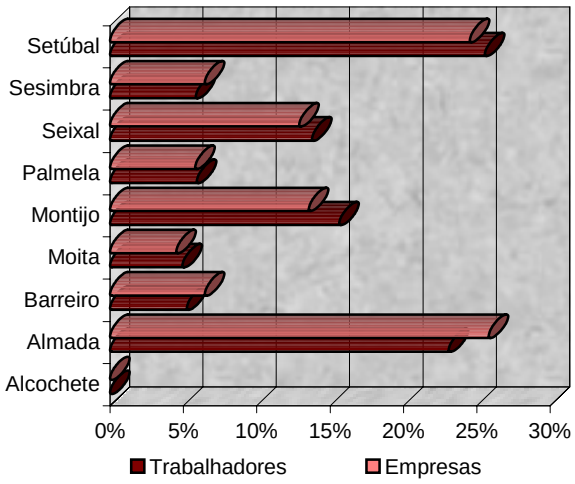


Gráfico III.9 - Médias Empresas em 1986

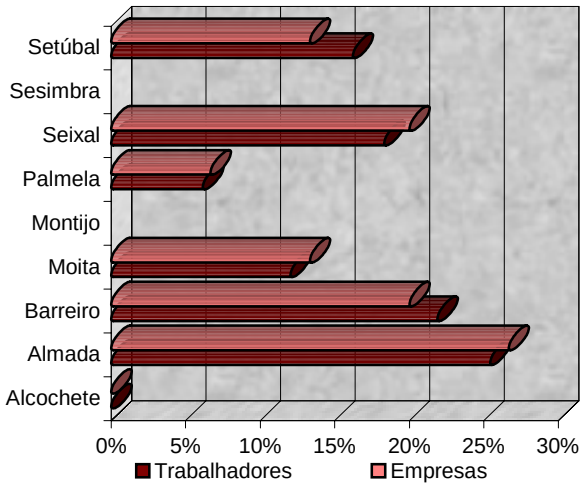


Gráfico III.10 - Grandes Empresas em 1986

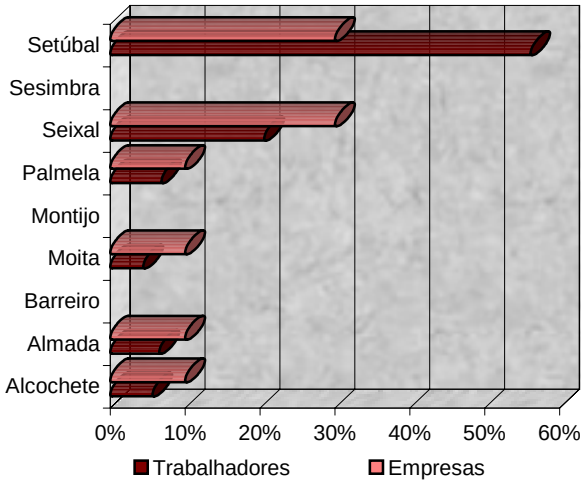


Gráfico III.11 - Total de Empresas em 1986

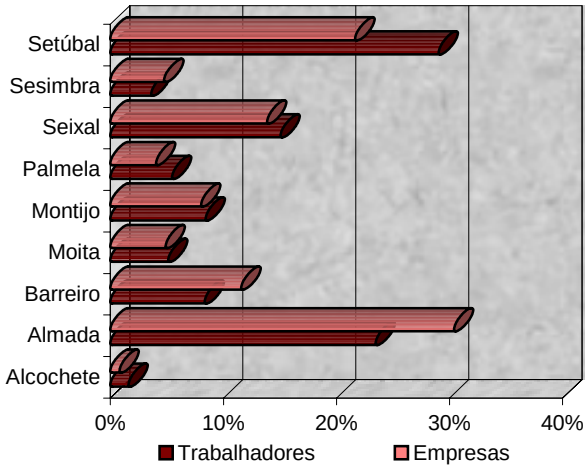


Gráfico III.12 - Microempresas em 1997

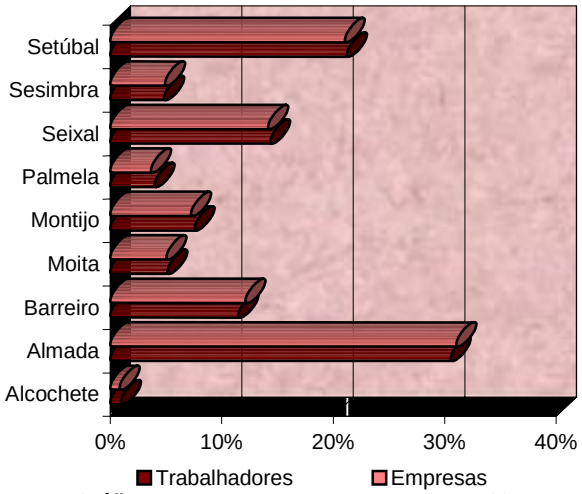


Gráfico III.13 - Muito Pequenas Empresas em 1997

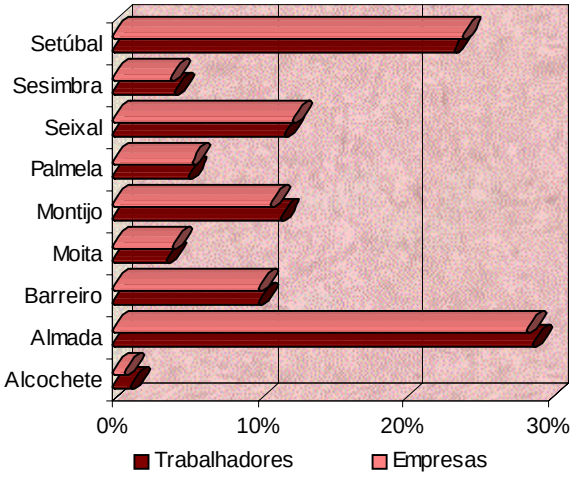


Gráfico III.14 - Pequenas Empresas em 1997

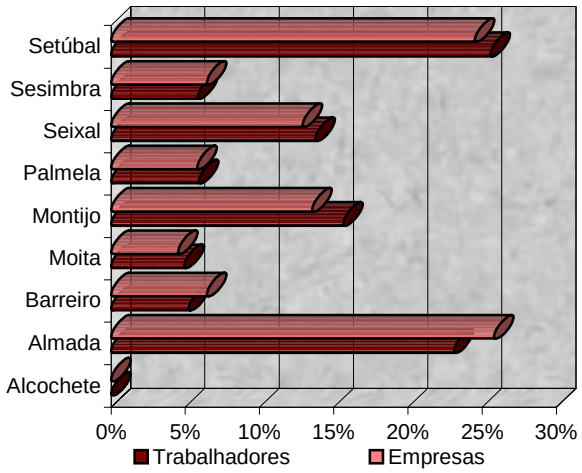


Gráfico III.15 - Médias Empresas em 1997

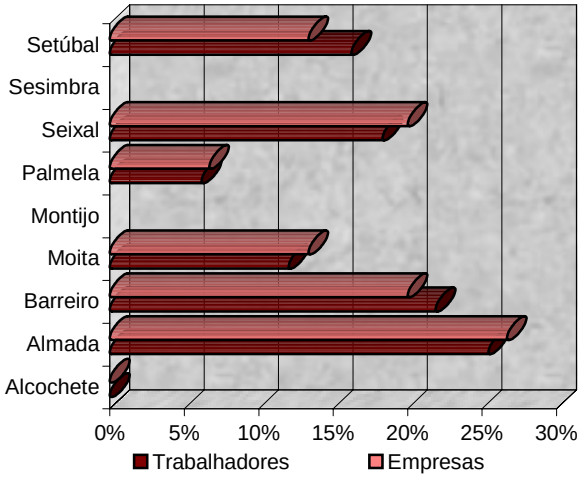


Gráfico III.16 - Grandes Empresas em 1997

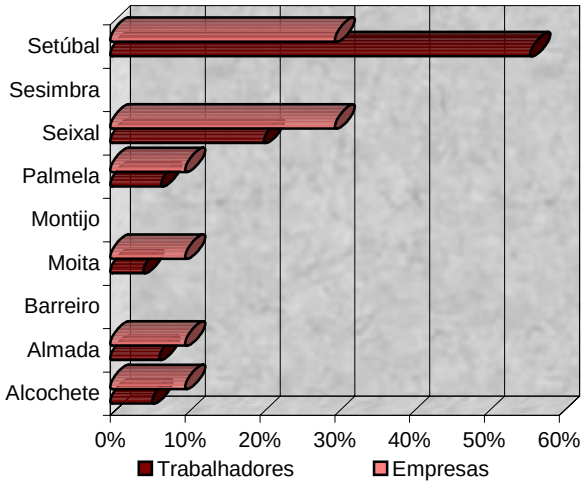
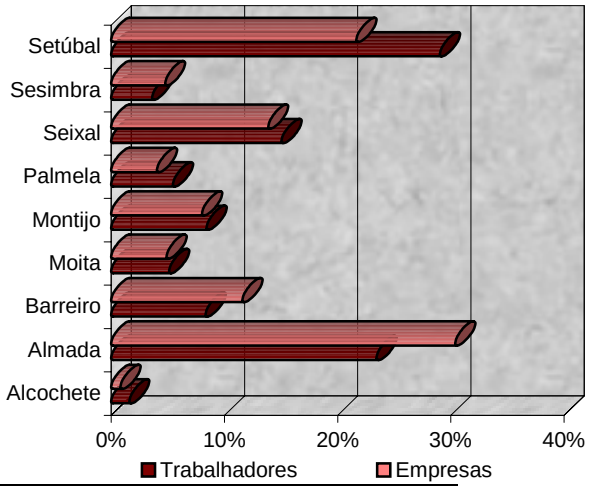


Gráfico III.17 - Total de Empresas em 1997



Quadro III.11 - Empresas por Concelho e por Sector de Actividade, em 1986

Concelhos	Indústria	Outros Serviços	Constr.	Comércio	Alojam. Restaur.	Transp. Comunic.	Serv. Financ.	Serv. Emp.	Total
Alcochete	14	5	3	12	6	1	1	-	42
Almada	258	247	146	576	246	21	6	59	1559
Barreiro	84	102	56	257	71	8	3	13	594
Moita	60	30	26	106	21	2	1	4	250
Montijo	137	51	22	160	29	5	-	8	412
Palmela	54	23	19	84	19	2	1	5	207
Seixal	156	92	111	241	95	6	1	9	711
Sesimbra	53	32	20	78	44	10	1	6	244
Setúbal	145	182	65	471	167	52	-	29	1111
Total	961	764	468	1985	698	107	14	133	5130
% do total	**18,7%**	**14,9%**	**9,1%**	**38,7%**	**13,6%**	**2,1%**	**0,3%**	**2,6%**	**100,0%**

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Em 1986, o comércio é o sector de actividade que abrange o maior número de empresas na PS (38,7%), seguido pela indústria (18,7%) e pelo sector Alojamento e Restauração (13,6%).

Os concelhos do Barreiro, Moita, Setúbal e Montijo são aqueles em cuja estrutura empresarial o peso do comércio é mais acentuado, representando, respectivamente, 43,3%, 42,4%, 42,3% e 38,8% das empresas existentes nesses concelhos.

No caso da indústria, os concelhos de Alcochete e Montijo são aqueles cujo peso no total das actividades é mais significativo (33,3%). Situação idêntica, em relação ao sector Alojamento e Restauração, acontece para os concelhos de Almada e Setúbal (15,8% e 15%, respectivamente).

Quadro III.12 - Empresas por Concelho e por Sector de Actividade, em 1997

Concelhos	Indústria	Outros Serviços	Constr.	Comércio	Alojam. Restaur.	Transp. Comunic.	Serv. Financ.	Serv. Emp.	Total
Alcochete	59	17	25	80	41	8	1	18	249
Almada	312	379	313	1118	507	68	10	268	2975
Barreiro	100	145	122	429	172	29	6	78	1081
Moita	128	88	141	297	123	10	5	40	832
Montijo	142	65	82	291	77	18	1	51	727
Palmela	126	58	89	246	79	13	2	45	658
Seixal	257	235	273	760	265	39	5	143	1977
Sesimbra	99	56	90	235	123	30	2	43	678
Setúbal	188	246	173	744	312	95	-	191	1957
Total	1411	1289	1308	4200	1699	310	40	877	11134
% do total	**12,7%**	**11,6%**	**11,7%**	**37,7%**	**15,2%**	**2,8%**	**0,4%**	**7,9%**	**100,0%**

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Em 1997, o comércio continua a ser a actividade que concentra o maior número de empresas, em todos os concelhos (37,7%). De salientar é a maior homogeneização do peso deste sector pelos diferentes concelhos: verifica-se um aumento da sua importância nos concelhos que, em 1986, revelavam maior carência nesta área (Alcochete - de 28,6%, em 1986, passa para 32%, em 1997; Seixal - 33,9% para 38,4%); verifica-se uma diminuição da sua importância nos concelhos da Moita (de 42,4% para 35,7%), Barreiro (de 43,3% para 39,7%) e Setúbal (de 42,3% para 38%), onde a actividade era mais intensa.

O sector Alojamento e Restauração também verifica um aumento da sua importância nas actividades dos diferentes concelhos, nomeadamente Alcochete (16,5% contra 14,3%), Almada (17% contra 15,8%), Palmela (12% contra 9,2%) e Montijo (10,1% contra 7%).

Segundo dados da capacidade de alojamento hoteleiro reportados a 31/7/1997, existiam no Continente 188864 camas, das quais 48497 em Lisboa e Vale do Tejo (26%), cuja distribuição, por NUTS III, era a seguinte:

Quadro III.13 - Capacidade de Alojamento Hoteleiro em Lisboa e Vale do Tejo

NUTS III	**Número de Camas**	**%**
Grande Lisboa	33210	68,5%
Península de Setúbal	4531	9,3%
Oeste	4419	9,1%
Lezíria do Tejo	665	1,4%
Médio Tejo	5672	11,7%

Turismo - Tendências e Perspectivas de Desenvolvimento Futuro

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, grande parte do turismo tem estado concentrado na faixa costeira, com resultados, por vezes, nocivos sobre o litoral e, nalguns casos, sobre o próprio turismo.

Urge, por um lado, requalificar e, por outro, conter estas zonas urbano-turísticas litorais, sob pena de se pôr em causa, definitivamente, a paisagem litoral, que é ainda, nalguns casos, maravilhosa e um suporte essencial da própria actividade turística de qualidade.

Naturalmente, esta actividade deve ser complementada com os vários pontos de interesse natural e cultural do interior da região, fomentando a tendência de muitas das iniciativas já tomadas.

Por outro lado, há que reequacionar a nova tendência para o "turismo de segunda habitação, de fim de semana", um pouco por toda a região, mas especialmente relevante no interior da Península de Setúbal, Sintra e litoral a norte de Lisboa. De facto, nestas zonas, a diferença entre o "urbano" e o "turístico" esbate-se, exigindo critérios e instrumentos de compatibilização e salvaguarda em sede de regras urbanísticas e de ordenamento do território.

Neste sentido, podemos apontar como tendências para o horizonte 2006, o crescimento intenso da capacidade hoteleira e de alojamento complementar em zonas de sol, mar e praia, e o crescimento da oferta turística e recreativa em meio natural e rural. A primeira tendência é confirmada pela opção expansiva dos Planos Directores Municipais e da gestão autárquica, pelas intenções e projectos em curso (Cascais-Guincho, litoral do concelho de Sintra, Península de Setúbal e Tróia, Oeste) e pelas expectativas dos empresários quanto ao crescimento da procura, conjugadas com mais investimento externo e crédito mais fácil e barato, ao passo que a segunda tendência se confirma pelo interesse dos proprietários na adaptação de casas para Turismo em Espaço Rural, pelo Programa Nacional de Turismo de Natureza, pela melhoria das acessibilidades intra-regionais e pelo crescimento da procura e oferta de actividades de desporto e recreio ao ar livre.

A organização do produto turístico e da sua promoção deve contemplar a Península de Tróia que, inserida na Região de Turismo da Costa Azul e com uma vocação evidente como espaço de recreio e lazer da população da Área Metropolitana de Lisboa, se pode considerar a nova área turístico-promocional de Lisboa e Vale do Tejo (pela sua inserção no eixo Sesimbra-Palmela-Setúbal-Sado-Tróia). Nestas condições, a Península de Setúbal integra-se na região de Lisboa e Vale do Tejo como uma sub-região relativamente homogénea do ponto de vista das actividades turísticas, de onde podemos salientar:

Almada-Seixal-Barreiro-Moita-Montijo-Alcochete: o produto turístico mais relevante são as praias e os Parques de Campismo (principalmente Costa da Caparica-Fonte da Telha), os desportos náuticos, os passeios no Tejo, o património histórico ligado ao Tejo, o Tipicismo (folclore, cavalos e toiros), a gastronomia e a natureza (Reserva Natural do Estuário do Tejo)

Sesimbra-Palmela-Setúbal (liga Tróia ao Estuário do Sado): como produtos turísticos, podemos destacar as praias e a costa, a beleza das paisagens e da natureza (Parques Naturais da Serra da Arrábida e do Estuário do Sado), os passeios no Sado, os desportos (golfe, náuticos), a gastronomia de mar (peixes e mariscos), o património cultural (Castelo de Palmela, Convento dos Capuchinhos, Santuário do Cabo Espichel), a hotelaria e meios complementares de alojamento e os Parques de Campismo.

Os pontos fortes da Península de Setúbal são, sem dúvida, o golfe e a costa marítima e praias. Neste sentido, as oportunidades mais relevantes a aproveitar são o crescimento do segmento golfe, o crescimento da procura de recreio e lazer pela população residente na Área Metropolitana de Lisboa e a melhoria recente da acessibilidade a Lisboa. No entanto, é necessário considerar as ameaças que podem resultar da massificação e degradação da qualidade dos espaços de recreio.

Como pontos fracos, salientamos o desordenamento urbano, a limpeza, o ruído e congestionamento de tráfego, as acessibilidades e circulação interna, bem como a degradação das margens e poluição dos Estuários do Tejo e Sado.

Os serviços prestados às empresas verificam um forte incremento no período 1986/1997. Enquanto em 1986 o peso deste sector nos concelhos da PS variava entre 1,2% e 3,8% (Seixal e Almada, respectivamente), em 1997 esses valores subiram para 4,8% e 9,7% (Moita e Setúbal, respectivamente).

Quadro III.14 - Trabalhadores por Concelho e por Sector de Actividade, em 1986

Concelhos	Indústria	Outros Serviços	Constr.	Comércio	Alojam. Restaur.	Transp. Comunic.	Serv. Financ.	Serv. Emp.	Total
Alcochete	805	63	25	50	55	3	5	.	1006
Almada	5553	1772	1687	3951	1229	208	11	415	14826
Barreiro	2081	591	941	1160	352	76	5	59	5265
Moita	2153	281	249	451	73	4	3	11	3225
Montijo	3445	339	251	1010	161	47	.	68	5321
Palmela	1989	142	133	1013	77	50	21	17	3442
Seixal	4731	462	1210	1394	337	248	4	1126	9512
Sesimbra	536	213	609	397	359	144	2	21	2281
Setúbal	11111	1214	1286	2928	980	670	.	171	18360
Total	32404	5077	6391	12354	3623	1450	51	1888	63238
% do total	51,2%	8%	10,1%	19,5%	5,7%	2,3%	0,1%	3%	100,0%

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

O maior número de trabalhadores desta região está concentrado na indústria que, embora representando apenas 18,7% das empresas da região, pelo facto de ser uma actividade fortemente intensiva em mão-de-obra vai ocupar 51,2% dos trabalhadores. O caso mais evidente é o de Alcochete, onde as empresas do sector industrial (33,3%) vão concentrar 80% da população empregue no concelho.

No sector comércio, são os concelhos de Palmela e Almada que registam maior número de trabalhadores (29,4% e 26,6%, respectivamente).

O concelho da Moita parece revelar uma discrepância: a 24,4% das empresas do concelho, que pertencem ao sector indústria, correspondem 66,8% dos trabalhadores do concelho; enquanto que a 42,4% das empresas, pertencentes ao sector comércio, correspondem 14% dos trabalhadores do concelho. Esta situação pode ser explicada pelo facto da dimensão média de uma empresa comercial ser substancialmente mais pequena que a de uma empresa industrial. Situação idêntica

acontece em Setúbal: 13% das empresas, no sector indústria, concentram 60,5% dos trabalhadores da região; 32% das empresas, dedicadas ao comércio, concentram 15,9% dos trabalhadores.

Quadro III.15 - Trabalhadores por Concelho e por Tipo de Actividade, em 1997

Concelhos	Indústria	Outros Serviços	Constr.	Comércio	Alojam. Restaur.	Transp. Comunic.	Serv. Financ.	Serv. Emp.	Total
Alcochete	952	148	127	292	176	17	20	103	1835
Almada	3979	2635	2196	5582	2436	1494	30	2047	20399
Barreiro	2489	986	1058	2489	643	202	16	601	8484
Moita	2881	558	849	1152	376	35	10	433	6294
Montijo	3180	452	616	1422	290	108	2	277	6347
Palmela	9134	404	531	1694	296	404	3	330	12796
Seixal	8606	1463	2288	3624	842	247	9	621	17700
Sesimbra	828	343	1573	843	614	245	4	112	4562
Setúbal	4558	1935	2102	5370	1644	1639	133	1875	19256
Total	36607	8924	11340	22468	7317	4391	227	6399	97673
% do total	37,5%	9,1%	11,6%	23%	7,5%	4,5%	0,2%	6,5%	100,0%

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Em 1997, destaca-se a diminuição do peso dos trabalhadores afectos à indústria (de 51,2%, em 1986, para 37,5%, em 1997), certamente devida à diminuição do número de empresas existentes. O concelho de Alcochete, ao diminuir, de 33,3% para 23,7%, o peso das empresas dedicadas à indústria, regista também a diminuição do número de trabalhadores afectos a essa actividade (de 80% para 51,9%). Também de realçar é o caso de Setúbal, onde a diminuição de trabalhadores do concelho afectos à indústria é também acentuada (de 60,5% para 23,7%), em virtude da diminuição do peso da actividade no concelho (de 13% para 9,6%).

Os serviços prestados às empresas também registam um forte aumento do número de trabalhadores afectos, passando de 3%, em 1986, para 6,5%, em 1997 (mais uma vez causada pela expansão da actividade no concelho - de 2,6%, em 1986, passa para 7,9%, em 1997).

O comércio, apesar de ver diminuído o seu peso no concelho do Barreiro (de 43,3% para 39,7%), regista um aumento do peso do número de trabalhadores afectos à actividade, passando de 22%, em 1986, para 29,3%, em 1997. Situação semelhante

acontece no Montijo, em que o número de trabalhadores aumenta de 19% para 22,4%, embora aqui esta situação seja paralela a um aumento do peso da actividade no concelho (de 38,8% para 40%).

2.3. Dinâmica Empresarial

Criação/Destruição de Empresas e Emprego

Até aqui, a análise efectuada tem considerado apenas a situação empresarial existente nos anos de 1986 e 1997, sem, no entanto, reflectir a situação intermédia, nomeadamente no que se refere à criação e destruição de empresas.

Analisada a estrutura dimensional das empresas da PS, é necessário fazer, neste ponto, a caracterização da dinâmica empresarial entre os anos considerados (1986 e 1997).

Quadro III.16 - Empresas Novas e Encerradas (1986/97)

		1997							
	Tipo de Empresas	Micro	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Empresas Encerradas	em % do Total	Total
1986	Micro	1463	200	12	1	-	2419	84,1%	4095
	Muito Pequenas	154	331	37	-	-	389	13,5%	911
	Pequenas	6	19	68	7	-	61	2,1%	161
	Médias	-	-	7	4	2	3	0,1%	16
	Grandes	1	1	1	2	1	6	0,2%	12
	Novas Emp.	7845	924	82	7	9	-	-	8867
	em % do total	88,5%	10,4%	0,9%	0,1%	0,1%	-	-	100,0%
	Total	9469	1475	207	21	12	2878	100,0%	14062

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Das 5130 empresas existentes na PS em 1986, 2878 empresas estavam encerradas em 1997. Destas, a maior parte eram microempresas (84,1%), o que parece evidente dada a estrutura empresarial da região (79,1% das empresas existentes em 1986 eram microempresas).

Pelo contrário, das 11134 existentes em 1997, 8867 não existiam em 1986. Estas empresas, criadas durante o período 1986-1997, eram também,

maioritariamente, microempresas (88,5%, face a uma região onde, em 1997, 84,8% são microempresas).

Uma outra dinâmica, para além da criação ou destruição de empresas, embora menos significativa, encontra-se ao nível da relocalização/deslocalização de empresas. De facto, registam-se alguns casos de empresas que, estando em 1986 na região da PS, em 1997 já não se encontravam, e vice-versa.

Quadro III.17 – Relocalização/Deslocalização de Empresas

Entrada na Península de Setúbal		Saída da Península de Setúbal	
Entre Douro e Vouga	1	Entre Douro e Vouga	1
Pinhal Interior Norte	1	Baixo Vouga	1
Beira Interior Norte	1	Cova da Beira	1
Grande Lisboa	58	Grande Lisboa	33
Alentejo Litoral	1	Alentejo Litoral	12
Baixo Alentejo	1	Alentejo Central	2
Algarve	2		
Total	65	Total	50

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Existem, em 1997, 65 empresas localizadas na PS que estavam, em 1986, na sua maioria, na região da Grande Lisboa. Da mesma forma, existem 50 empresas que, estando em 1986 localizadas na PS, em 1997 encontram-se localizadas noutras regiões (novamente, a maioria na GL).

Uma ideia mais intuitiva desta dinâmica pode ser obtida através do seguinte raciocínio. O número de empresas existentes em 1997 (11134) é o que resulta das empresas existentes em 1986 (5130), ao qual se juntam as empresas criadas durante o período (8867), se retiram as empresas entretanto encerradas (2878) e se soma o saldo das empresas que entraram e saíram da região (15).

Uma ideia mais concreta da partição das empresas encerradas e criadas no período em causa pode ser obtida através dos Gráficos III.18 e III.19 (construídos com base nos Quadros de Pessoal, 1986 e 1997), onde se pode confirmar o predomínio das empresas com menos de 50 trabalhadores.

Gráfico III.18
Empresas encerradas no período 1986/97

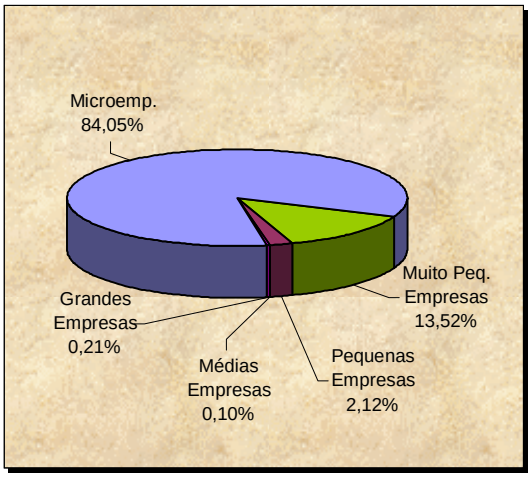
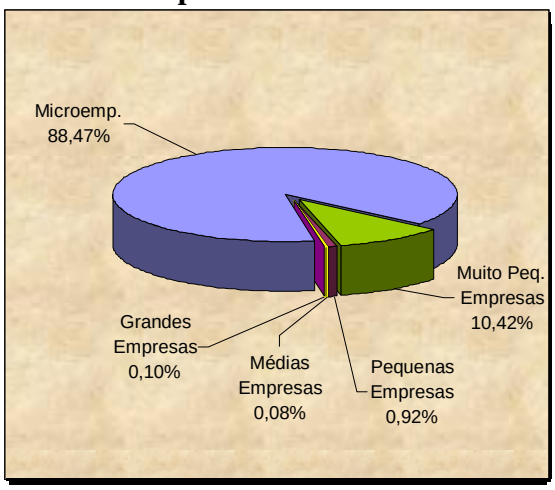


Gráfico III.19
Empresas com início de actividade no período 1986/97



De facto, o encerramento e criação de empresas são feitos, maioritariamente, em empresas com dimensão inferior a 50 trabalhadores (microempresas e muito pequenas empresas): 97,57% das empresas encerradas e 98,89% das empresas criadas.

Quadro III.18 - Trabalhadores nas Empresas Novas e Encerradas

Tipo de Empresas	Empresas Encerradas	Novas Empresas
Micro	7984	24201
Muito Pequenas	7537	16707
Pequenas	5738	7599
Médias	1154	2374
Grandes	8656	11081
Total	31069	61962

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

O encerramento total de empresas na PS, durante o período considerado, foi responsável pela destruição de 31069 postos de trabalho. Destes, e apesar da esmagadora maioria das empresas encerradas serem de micro ou muito pequena dimensão, a maioria estava afecta a grandes empresas. Esta situação é o reflexo da estrutura das empresas encerradas, que são, maioritariamente, microempresas com menos de 10 trabalhadores, pelo que o peso relativo da destruição de postos de trabalho se torna relativamente diminuto. Pelo contrário, o encerramento de apenas

algumas empresas de grande dimensão terá um impacto muito superior em termos de destruição de postos de trabalho.

A situação das novas empresas é muito semelhante. A criação de postos de trabalho afecta a estas empresas continua a reflectir a estrutura das empresas criadas. De referir que à criação de 7845 microempresas (88,5% do total) corresponde apenas a criação de 24201 postos de trabalho (39,1% do total de postos de trabalho criados).

Quadro III.19 - Empresas e Trabalhadores por Concelho (Empresas Novas e Encerradas)

Concelhos	Empresas Encerradas		Novas Empresas	
	Nº Empresas	Nº Trab.	Nº Empresas	Nº Trab.
Alcochete	26	819	217	1062
Almada	826	5791	2231	11942
Barreiro	369	2272	867	5333
Moita	150	1968	719	4329
Montijo	219	2744	547	3275
Palmela	117	1757	562	10535
Seixal	436	3711	1699	11558
Sesimbra	134	938	570	2470
Setúbal	601	11069	1455	11458
Total	2878	31069	8867	61962

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

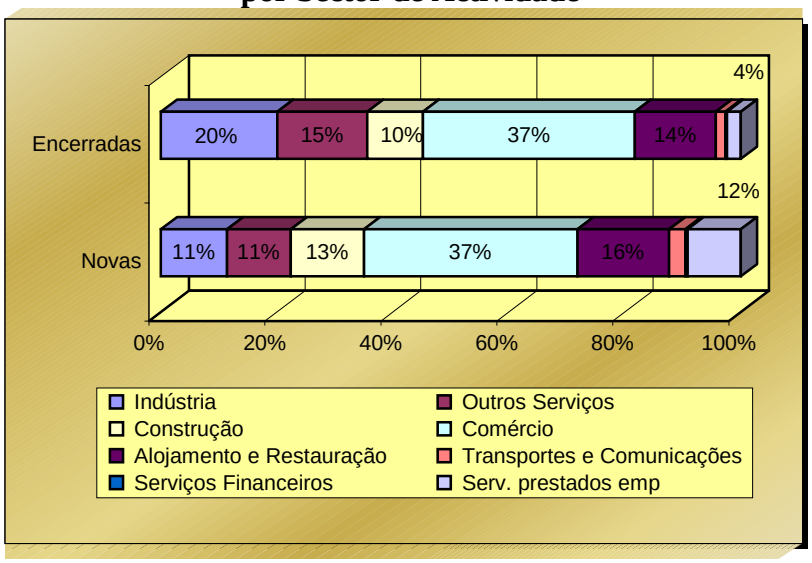
Em todos os concelhos, verifica-se que, das empresas existentes em 1986, mais de 50% não se mantêm em funcionamento até 1997, o que constitui um bom indício da dinâmica empresarial no período considerado. O concelho do Barreiro é o que regista maior turbulência empresarial: 62,1% das empresas existentes em 1986 não se mantêm até 1997. O concelho que, apesar de tudo, podemos considerar como mais estável é o de Almada: apenas 52,9% das empresas existentes em 1986 são encerradas até 1997.

Da mesma forma, as empresas criadas depois de 1986 correspondem a cerca de 79,6% do total de empresas existentes em 1997. Os concelhos de Alcochete e da Moita registam as maiores taxas de expansão empresarial: em Alcochete, 87,1% das empresas existentes em 1997 são novas empresas (face a 1986) e na Moita essa taxa é de 86,4%.

A dinâmica empresarial, quando analisada pela sua partição em sectores de actividade, permite-nos tirar conclusões a respeito das tendências empresariais da região (Gráfico III.20).

De facto, verifica-se que cerca de 20% das empresas encerradas pertencem ao sector indústria, embora a correspondência nas novas empresas seja apenas de 11%. Se a isso juntarmos o facto de o peso deste sector no total de empresas da região ter diminuído, entre 1986 e 1997, de 18,7% para 12,7%, podemos concluir por uma tendência de diminuição desta actividade na região.

Gráfico III.20 - Empresas Novas e Encerradas por Sector de Actividade

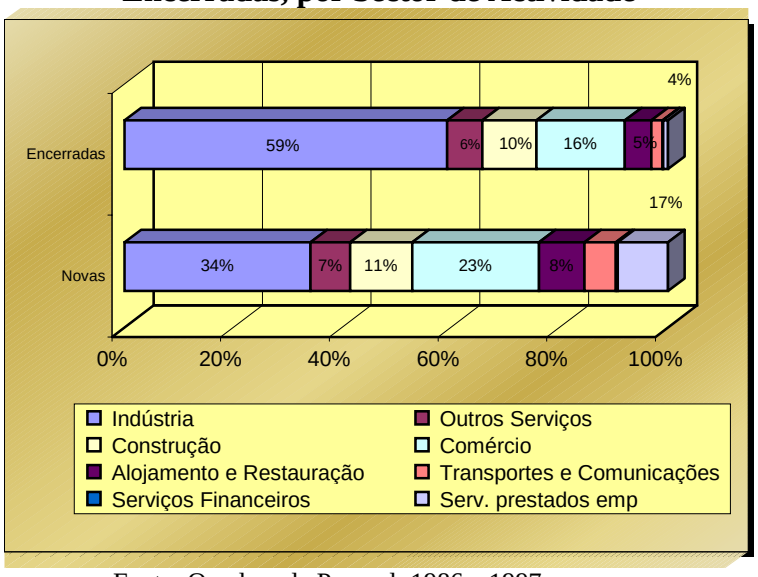


Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Pelo contrário, os serviços prestados às empresas podem considerar-se a actividade em maior expansão. Passando de 2,6% das empresas da região, em 1986, para 7,9%, em 1997, ao que se vem juntar um peso na criação de empresas (12%) muito superior ao peso nas empresas encerradas (4%), conclui-se que este sector se encontra em forte expansão na PS.

A dinâmica do emprego criado e destruído na PS é o reflexo das empresas criadas e destruídas (Gráfico III.21).

Gráfico III.21 - Trabalhadores nas Empresas Novas e Encerradas, por Sector de Actividade



Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

A maioria das empresas encerradas corresponde ao sector indústria, pelo que se verifica que a maioria dos postos de trabalho destruídos é também deste sector, a que, certamente, não será alheio o facto de a indústria ser um sector de actividade fortemente intensivo em mão de obra. Por outro lado, os postos de trabalho criados afectos à indústria têm um peso inferior no total de postos de trabalho criados, também como resultado da menor expressão da indústria nas novas empresas.

Paralelamente à expansão das empresas no sector de serviços prestados à empresa, verifica-se, também, o aumento do peso dos postos de trabalho criados nesta área (4% dos postos de trabalho encerrados e 17% dos postos de trabalho criados).

Quadro III.20 - Empresas Encerradas por Tipo de Empresa e Sector

Tipo de Empresas	Indústria	Outros Serviços	Constr.	Comércio	Alojam. Restaur.	Transp. Comunic.	Serv. Financ.	Serv. Emp.	Total
Micro	372	406	202	953	381	35	7	63	2419
Muito Peq.	155	38	68	91	19	11	1	6	389
Pequenas	42	2	7	7	1	2	-	-	61
Médias	2	-	1	-	-	-	-	-	3
Grandes	6	-	-	-	-	-	-	-	6
Total	577	446	278	1051	401	48	8	69	2878

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Da análise das empresas encerradas por tipo de empresa e por sector de actividade, podemos retirar a relação existente entre o sector de actividade e o tipo de empresa que lhe está associada. De facto, o encerramento de grandes empresas apenas se verifica na indústria, facto explicável pelo grande número de trabalhadores que este sector de actividade concentra.

Da mesma forma, nas microempresas, particularmente favoráveis a actividades pouco intensivas em mão de obra, a maior parte dos encerramentos verifica-se no sector comércio (953 das 2419 microempresas encerradas).

Quadro III.21 - Empresas Novas por Tipo de Empresa e Sector

Tipo de Empresas	Indústria	Outros Serviços	Constr.	Comércio	Alojam. Restaur.	Transp. Comunic.	Serv. Financ.	Serv. Emp.	Total
Micro	722	877	921	3034	1322	210	31	728	7845
Muito Peq.	243	93	190	221	76	33	2	66	924
Pequenas	39	3	7	10	3	2	1	17	82
Médias	4			1		1		1	7
Grandes	5			1		2		1	9
Total	1013	973	1118	3267	1401	248	34	813	8867

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

A criação de novas empresas parece evidenciar outra situação. Já não se verifica a concentração de grandes empresas apenas na indústria; são criadas novas empresas, de grande dimensão, também na área dos transportes e comunicações. Por outro lado, a criação de microempresas aparece mais repartida ao longo dos diferentes sectores de actividade.

Quadro III.22 - Trabalhadores nas Empresas Encerradas por Tipo de Empresa e Sector

Tipo de Empresas	Indústria	Outros Serviços	Constr.	Comércio	Alojam. Restaur.	Transp. Comunic.	Serv. Financ.	Serv. Emp.	Total
Micro	1543	1225	758	2993	1188	105	18	154	7984
Muito Peq.	3397	603	1393	1501	266	237	21	119	7537
Pequenas	4090	181	554	559	62	292	-	-	5738
Médias	762	-	392	-	-	-	-	-	1154
Grandes	8656	-	-	-	-	-	-	-	8656
Total	18448	2009	3097	5053	1516	634	39	273	31069

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Quadro III.23 - Trabalhadores nas Novas Empresas por Tipo de Empresa e Sector

Tipo de Empresas	Indústria	Outros Serviços	Constr.	Comércio	Alojam. Restaur.	Transp. Comunic.	Serv. Financ.	Serv. Emp.	Total
Micro	2866	2587	3191	8863	3768	655	78	2193	24201
Muito Peq.	4763	1725	3387	3860	1080	642	33	1217	16707
Pequenas	4075	201	486	740	326	161	93	1517	7599
Médias	1399	-	-	411	-	276	-	288	2374
Grandes	8113	-	-	594	-	1854	-	520	11081
Total	21216	4513	7064	14468	5174	3588	204	5735	61962

Fonte: Quadros de Pessoal, 1986 e 1997.

Mais uma vez se destaca, negativamente, a forte dinâmica que o sector indústria está a viver, principalmente ao nível das grandes empresas, em que se verifica a destruição de 8656 postos de trabalho.

A prestação de serviços às empresas confirma a sua expansão. A destruição de postos de trabalho que lhe está associada é relativamente reduzida, ao passo que se verifica uma criação substancial de emprego neste sector (9,2% do total de empregos criados pelas novas empresas).

Dinâmica de Investimento

Quadro III. 24 - Índices de Iniciativa Empresarial, Investimento Elegível e Incentivos

	Índices						
	Taxa de Iniciativa Empresarial	Taxa de Iniciativa Empresarial (sobreviventes)	nº de projectos por Estabelecimento	Investimento Elegível por Estabelecimento	Incentivo Total por Estabelecimento	Taxa de Incentivo	Dimensão Média dos Projectos
	1	2	3	4	5	6	7
	(continente = 100)						
Península de Setúbal	93,0	87,9	81,2	242,2	183,5	75,8	298,1
Grande Lisboa	103,4	102,1	53,9	62,1	67,9	109,3	115,4
Área Metrop. de Lisboa	98,2	95	59,4	98,5	91,3	92,6	165,9
Lisboa e Vale do Tejo	102,5	102,2	72,8	94,0	90,8	96,7	129,2

Fontes: Madruga, p., Rodrigues, d. (1998), Variação Territorial na Iniciativa Empresarial em Portugal, 1º Congresso Português de Sociologia Económica (colunas 1 e 2), DGDR (1999), SIDREG (colunas 3 a 6).

(1) número de novas empresas criadas entre 1994 e 1997, por mil activos (índice: Continente = 100).

(2) número de novas empresas criadas entre 1994 e 1997 e em actividade em 1997, por mil activos.

(3) nº de projectos candidatos aos vários sistemas de incentivos no âmbito do período QCA II, 1994-1999/nº total de estabelecimentos da região registados nos quadros de pessoal do MTS em 1996.

A taxa de iniciativa empresarial da PS, tomando o Continente como base de comparação, é um pouco inferior à da GL (que em muito contribui para a superioridade da RLVT em relação ao Continente) e à média do Continente.

Quando nos restringimos às empresas sobreviventes (novas empresas que, tendo sido apoiadas pelos sistemas de incentivos no período 1994/1997, se mantêm em actividade em 1997), a taxa de iniciativa da PS desce para 87,9, o que nos leva a concluir que o número de empresas criadas entre 1994 e 1997, que se mantêm em actividade até 1997, é inferior ao resto do país e nos permite dizer que o sucesso empresarial desta região é inferior ao do resto do país.

A RLVT, embora registando um número de projectos por estabelecimento inferior ao Continente (72,8), parece ser positivamente influenciada, a este respeito, pela dinâmica da PS. Regista-se, com efeito, um maior número de projectos por estabelecimento, apoiados pelos vários sistemas de incentivos no período 1994/1999, na região PS (81,2), quando comparada com a GL (53,9) e com a AML (59,4).

Ao nível do investimento elegível por estabelecimento, o peso da PS (242,2) é claramente superior ao do resto do país e, nomeadamente, ao da GL , o que indicia, face ao que foi referido anteriormente a propósito do número de projectos por estabelecimento, uma dimensão média dos projectos, na PS, bastante superior à do Continente. O mesmo acontece, tal como seria de esperar, para o incentivo total por estabelecimento.

Por outro lado, verifica-se que a taxa de incentivo da PS é relativamente diminuta (75,8), quando comparada quer com o resto do país, quer, sobretudo, com a região da GL (109,3).

Apesar dos valores reduzidos registados pela RLVT ao nível do número de projectos, investimento elegível e incentivo total por estabelecimento, a dimensão média dos projectos mostra-se superior à do Continente, certamente pelo forte impacto causado pela PS. Tal como já tínhamos previsto, esta região tem uma dimensão média de projectos muito superior à da GL e à do Continente, concentrando alguns grandes projectos, de carácter estruturante para a economia nacional.

2.4. Concentração Empresarial

O grau de concentração presente no mercado das indústrias transformadoras mais representativas (elegendo como critério o emprego na indústria) na região da PS pode ser analisado através do estudo da repartição das vendas pelas empresas que exercem actividade nos respectivos sectores.

Assim sendo, os quadros que em seguida se encontram expostos permitem evidenciar a configuração do mercado em termos de grau de concentração,

apresentando as vendas médias das empresas por classes de vendas, as distribuições do número de empresas e as respectivas quotas de mercado.

De forma a analisar a concentração existente na indústria transformadora, é possível recorrer ao cálculo de índices de concentração que podem transmitir uma ideia aproximada da situação de equidimensionalidade ou, pelo contrário, mais próxima da situação de desigualdade, em termos de quotas de mercado das empresas que operam no sector em questão. Neste sentido, para a análise da concentração a nível dos sectores com forte expressão na região da PS, foram utilizados também, como instrumentos auxiliares, alguns indicadores de concentração que em seguida serão brevemente caracterizados.

O **Índice de Herfindahl** é um índice de concentração que eleva os pesos das vendas de cada empresa ao quadrado, atribuindo, desta forma, maior importância às grandes empresas, obtendo-se da seguinte forma:

$$H = \sum_{i=1}^{n} (X_i/X)^2 = \sum_{i=1}^{n} S_i^2$$

No caso de equidimensionalidade, o Índice de Herfindahl = 1/N (onde N representa o número de empresas existentes). No caso de concentração máxima, o índice assumiria o valor limite igual a 1.

O **Índice de Entropia** é um indicador que possibilita a medição da dispersão numa determinada indústria, e que, ao ponderar cada empresa por $\log(1/S_i)$, atribui maior importância, pelo contrário, às pequenas empresas.

$$E = \sum_{i=1}^{n} S_i \log (1/S_i)$$

O Índice de Entropia funciona como uma medida inversa de concentração e, como tal, pode variar entre o valor zero (que indicia concentração máxima) e o valor correspondente a log n, que aponta para uma situação de equidimensionalidade.

Fabricação de Equipamento e Aparelhos de Rádio, Televisão e de Comunicação

Como se pode observar, a dimensão média das empresas de fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, televisão e comunicação na PS, em termos de volume de vendas, em 1997, era de cerca de 5739101 contos.

Quadro III. 25 - Distribuição das Empresas de Fabricação de Equipamento e Aparelhos de Rádio, Televisão e de Comunicação, por Classes de Vendas, em 1997

Classes	Empresas (%)	Peso % nas Vendas Totais	Vendas Médias (em contos)
4000 a 25000	8,33	0,02	12621
50000 a 120000	16,67	0,20	68883,5
> 120000	75,0	99,78	7635425
Total	100,0	100,0	5739101

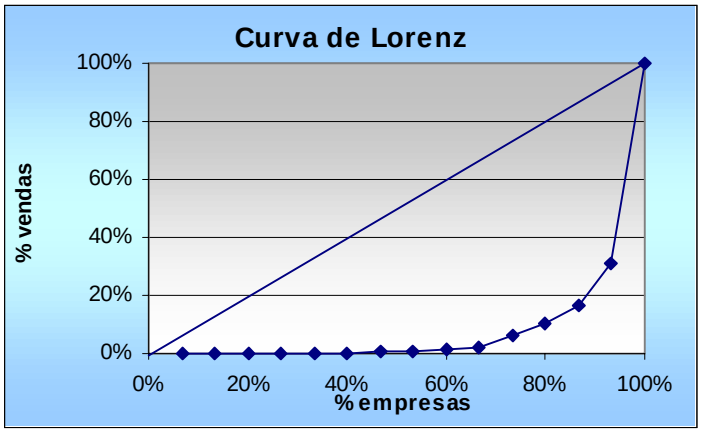
Fonte: Quadros de Pessoal, 1997.

Através da observação do quadro anterior, o sector pareceria não evidenciar um grau de concentração muito elevado pois 99,78% das vendas do mercado são efectuadas por uma proporção considerável de empresas, 75%. Contudo, a aplicação do índice de concentração aos valores não classificados das vendas das empresas, com vista a pormenorizar a análise da classe que engloba as maiores empresas do sector, com volume de vendas superior a 120000 contos (que correspondem a 60% do total) revela que cerca de 83,1% do volume de vendas corresponde apenas a 13,3% das empresas do sector, apontando esta situação para algum grau de concentração.

As empresas de fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, televisão e comunicação apresentavam, em 1997, um Índice de Herfindahl com o valor de 0,5. Tendo em conta que o valor limite que indicia a concentração máxima é 1 e que 0,067 indicia equidimensionalidade, observa-se que existe algum grau de concentração. O Índice de Entropia referente a esta indústria apresentava o valor de 0,476 (podendo o índice em causa, para esta indústria, variar entre 0 e 1,18), o que aponta para algum grau de concentração.

A Curva de Lorenz da distribuição das vendas no mercado de produtos da indústria de fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, televisão e comunicação, na região de PS, que se encontra representada no gráfico III.22, permite visualizar que existe um elevado grau de concentração no sector, a nível da região, o que aliás é confirmado pelo Índice de Gini, que assumiu, em 1997, o valor de 0,997.

Gráfico III.22 - Concentração das Vendas na Indústria de Fabricação de Equipamento e Aparelhos de Rádio, Televisão e de Comunicação



Fonte: Quadros de Pessoal, 1997.

Fabricação de Veículos Automóveis, Reboques e Semi-Reboques

O subsector da indústria transformadora de Fabricação de Veículos Automóveis, Reboques e Semi-Reboques registava, na PS, em 1997, uma dimensão média, em termos de volume de vendas, de cerca de 28787023 contos.

Quadro III.26 - Distribuição das Empresas de Fabricação de Veículos Automóveis, Reboques e Semi-Reboques, por Classes de Vendas, em 1997

Classes	Empresas (%)	Peso % nas Vendas Totais	Vendas Médias (em contos)
4000 a 25000	6,25	0,002	8698
25000 a 50000	18,75	0,03	39530,3
50000 a 120000	12,5	0,03	65349
> 120000	62,5	99,94	46033438
Total	100,0	100,0	28787023

Fonte: Quadros de Pessoal, 1997.

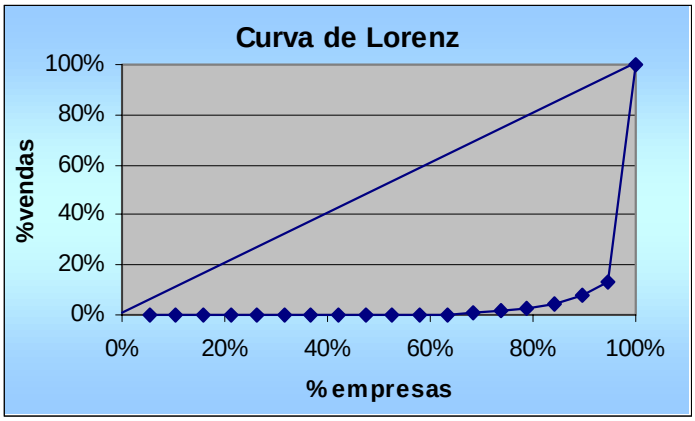
O sector evidencia um grau de concentração de certa forma elevado, uma vez que a quase totalidade das vendas do mercado, 99,94%, são efectuadas por mais de metade das empresas existentes no sector, a nível da PS, ou seja, 62,5%.

O cálculo do índice, utilizando dados discretos, demonstra que 11% das empresas controlam 92% das vendas do mercado, o que aponta para um grau de concentração considerável.

As empresas de fabricação de veículos automóveis, reboques e semi reboques apresentavam, em 1997, um Índice de Herfindahl com o valor de 0,76. Tendo em conta que o valor limite que indicia a concentração máxima é 1 e que 0,05 aponta para a situação de equidimensionalidade, o grau de concentração existente é consideravelmente elevado. O Índice de Entropia referente a esta indústria apresentava o valor de 0,262 (podendo o índice em causa, para esta indústria, variar entre 0, que indicia concentração máxima, e 1,279), o que aponta para um grau de concentração bastante elevado.

A Curva de Lorenz da distribuição das vendas no mercado de produtos da indústria de fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques na região da PS é possível de ser observada no gráfico seguinte, sendo possível visualizar que existe um grau de concentração consideravelmente elevado no sector a nível da região, o que aliás é demonstrado pelo Índice de Gini, que assumiu, em 1997, o valor de 0,999.

Gráfico III.23 - Concentração das Vendas na Indústria de Fabricação de Veículos Automóveis, Reboques e Semi-Reboques



Fonte: Quadros de Pessoal, 1997.

Indústrias Metalúrgicas de Base

Relativamente às empresas a exercer actividade nas Indústrias Metalúrgicas de Base, na região da PS, regista-se, em 1997, uma dimensão média, em termos de volume de vendas, de cerca de 10 772 687 contos.

Quadro III.27 - Distribuição das Empresas a nível das Indústrias Metalúrgicas de Base, por Classes de Vendas, em 1997

Classes	Empresas	Peso % nas Vendas Totais	Vendas Médias (em contos)
50000 a 120000	25	0,23	98291
> 120000	75	99,77	14330820
Total	100,0	100,0	10772687

Fonte: Quadros de Pessoal, 1997.

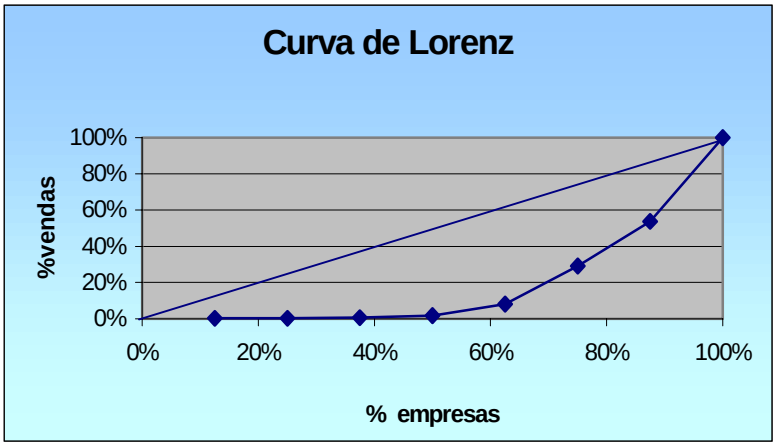
A observação do quadro anterior permite verificar que 99,77% do volume de vendas é controlado por uma proporção de empresas não negligenciável, 75%.

A aplicação do índice de concentração aos dados discretos demonstra que 25% das empresas são responsáveis por 71% das vendas do mercado.

As empresas nas indústrias metalúrgicas de base apresentavam, em 1997, um Índice de Herfindahl com o valor de 0,32. Tendo em conta que o valor limite que indicia a concentração máxima é 1 e que 0,13 indicia equidimensionalidade, o grau de concentração existente não aparenta ser bastante elevado. O Índice de Entropia referente a esta indústria apresentava o valor de 0,56 (podendo o índice em causa, para esta indústria, variar entre 0, que indicia concentração máxima, e 0,9), o que aponta para algum grau de concentração.

Relativamente às empresas a exercer actividade nas Indústrias Metalúrgicas de Base da região da PS, a Curva de Lorenz da distribuição das vendas encontra-se no gráfico seguinte, sendo possível visualizar que existe algum grau de concentração no sector a nível da região.

Gráfico III.24 - Distribuição das Empresas a nível das Indústrias Metalúrgicas de Base, por Classes de Vendas, em 1997



Fonte: Quadros de Pessoal, 1997.

Fabricação de Outro Material de Transporte

Como se pode observar, a dimensão média das empresas de fabricação de outro material de transporte, na PS, em termos de volume de vendas, em 1997, era de cerca de 106 681 contos.

Quadro III.28 - Distribuição das Empresas de Fabricação de Outro Material de Transporte, por Classes de Vendas, em 1997

Classes	Empresas (%)	Peso % nas Vendas Totais	Vendas Médias (em contos)
100 a 4000	2,44	0,07	3220
4000 a 25000	39,02	4,90	13404,38
25000 a 50000	12,2	3,92	34248,2
50000 a 120000	17,07	13,66	85332,14
> 120000	29,27	77,45	282306,3
Total	100,0	100,0	106681

Fonte: Quadros de Pessoal, 1997.

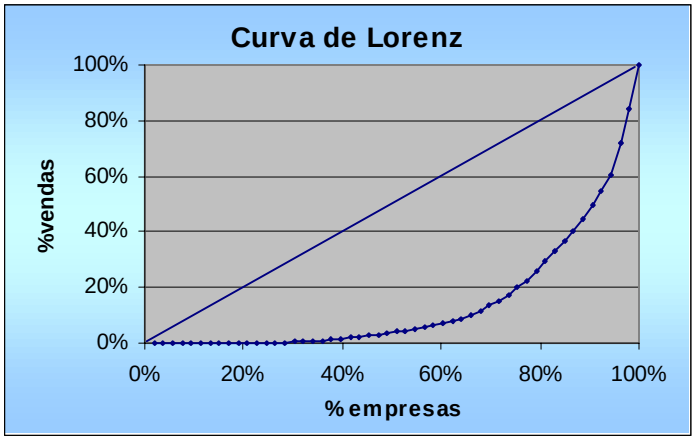
O sector evidencia um grau de concentração de certa forma elevado, pois 77,45% das vendas do mercado são da responsabilidade de apenas 29,27% das empresas existentes na região a nível da fabricação de outro material de transporte (subsecção 35 da CAE Rev 2).

A aplicação do índice de concentração aos dados discretos demonstra que as quatro maiores empresas do sector, na região da PS, que correspondem a 8% das empresas do sector, são responsáveis por 45% das vendas do mercado.

As empresas de fabricação de outro material de transporte apresentavam, em 1997, um Índice de Herfindahl com o valor de 0,073. Tendo em conta que o valor limite que indicia a concentração máxima é 1 e que 0,019 indicia equidimensionalidade, observa-se que o grau de concentração existente não parece ser demasiado elevado. O Índice de Entropia referente a esta indústria apresentava o valor de 1,3 (podendo o índice em causa, para esta indústria, variar entre 0, que indicia concentração máxima, e 1,72), o que aponta para um grau de concentração não muito elevado.

Relativamente às empresas a exercer actividade na indústria de Fabricação de Outro Material de Transporte na região da PS, a curva de Lorenz da distribuição das vendas encontra-se em seguida exposta, sendo possível visualizar que existe algum grau de concentração no sector a nível da região, o que aliás é confirmado pelo Índice de Gini, com o valor de 0,85, em 1997.

Gráfico III.25 - Distribuição das Empresas de Fabricação de Outro Material de Transporte, por Classes de Vendas, em 1997



Fonte: Quadros de Pessoal, 1997.

2.5. Indicadores Económico-Financeiros

Ao nível da análise económico-financeira que em seguida se expõe, de referir que os valores obtidos para os indicadores utilizados apresentam como suporte as respectivas médias para as regiões em análise, nomeadamente para a da PS, GL, AML, RLVT e Continente.

Os indicadores de eficácia produtiva em seguida apresentados foram obtidos do seguinte modo:

- Produtividade Aparente do Trabalho = VAB/Emprego
- Produtividade dos Materiais = VAB/Consumos Intermédios
- Produtividade Aparente do Capital = VAB/Activo Líquido

No que diz respeito aos indicadores de eficácia produtiva, podemos observar que as regiões da GL e da RLVT apresentam, relativamente à região da PS, valores que se destacam a nível da produtividade aparente do trabalho. No que diz respeito à produtividade dos materiais e produtividade aparente do capital, o destaque recai sobre a PS, que apresenta o valor mais significativo no conjunto das regiões consideradas, e que inclusive ultrapassa a média nacional.

Quadro III.29 - Indicadores de Eficácia Produtiva em 1996

	Produtividade Aparente do Trabalho	Produtividade dos Materiais	Produtividade Aparente do Capital
	Média	Média	Média
Península de Setúbal	1821808	1,1085	0,4847
Grande Lisboa	1865061	0,8008	0,3873
Área Metrop. de Lisboa	1789937	0,8239	0,3863
L. V. Tejo	1854854	0,8628	0,3762
Continente	1644452	0,8489	0,3981

Fonte: Base de Dados de Indicadores Económico-Financeiros das Empresas, Augusto Mateus & Associados.

O indicador de Racionalização Produtiva em seguida apresentado foi obtido do seguinte modo:

- Grau de Transformação da Produção = VAB/VBP (Valor Bruto da Produção)

Observa-se, neste domínio, através do quadro III.30, que as empresas na PS apresentam um grau considerável de transformação da produção, isto é, acrescentam, em média, mais valor por unidade produzida do que as restantes regiões e inclusivamente do que do Continente.

Quadro III.30 - Indicador de Racionalização Produtiva em 1996

	Grau de Transformação da Produção
	Média
Península de Setúbal	0,4748
Grande Lisboa	0,4431
Área Metrop. de Lisboa	0,4426
L. V. Tejo	0,4464
Continente	0,4333

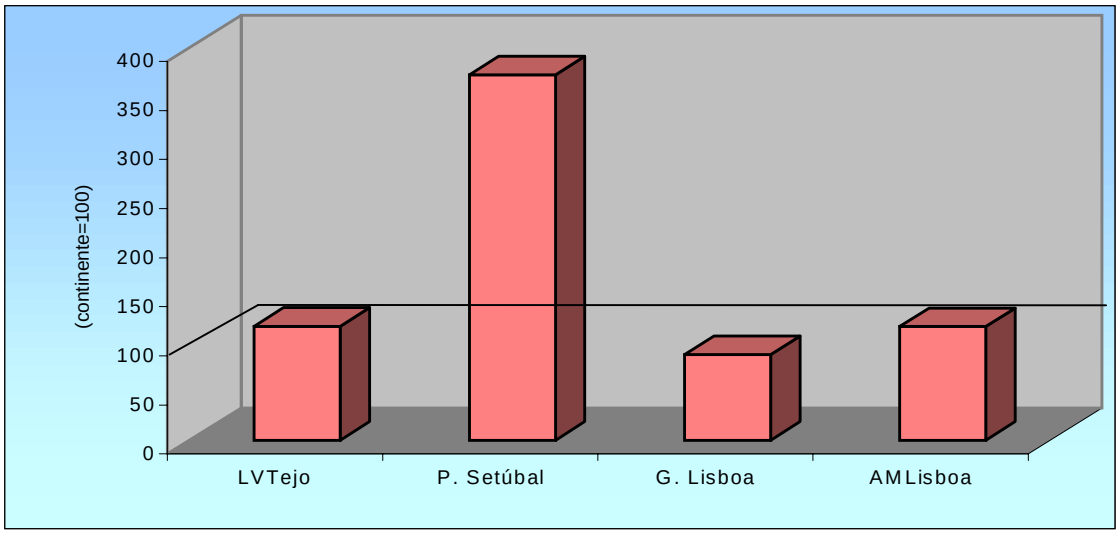
Fonte: Base de Dados de Indicadores Económico-Financeiros das Empresas, Augusto Mateus & Associados.

O gráfico III.26 regista a orientação exportadora (medida pelo peso das exportações no total das vendas realizadas), no ano de 1996, para as NUT III PS e GL, a AML e para a RLVT. Tendo em consideração que o indicador referido se apresenta sob a forma de índice (em que a orientação exportadora para o espaço de Portugal Continental assume o valor 100), podemos observar que a região da PS não só se afigura como a região com um valor mais significativo para o indicador em causa no conjunto das regiões consideradas, como também aparenta ser a única região que ultrapassa a orientação exportadora do Continente.

A orientação exportadora da PS ultrapassa, claramente, a da RLVT, AML, que apresentam valores para o indicador em causa muito próximos dos do Continente e,

sobretudo, a da GL, em virtude, no essencial, do forte impacto, neste domínio, de alguns projectos estruturantes de investimento estrangeiro, de grande dimensão, desenvolvidos na PS, nomeadamente no sector da fabricação de veículos e componentes automóveis.

Gráfico III.30 - Índices de Orientação Exportadora, em 1996

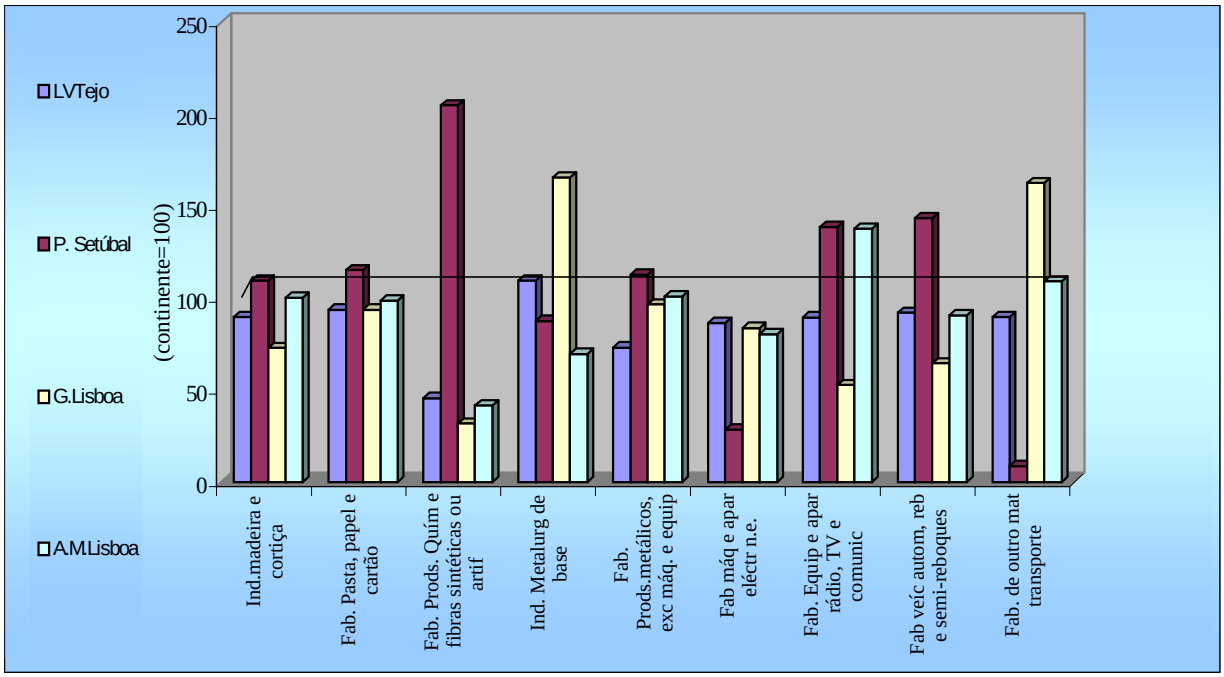


Fonte: Base de Dados de Indicadores Económico-Financeiros das Empresas, Augusto Mateus & Associados.

Tendo por base o gráfico III.27, é possível observar a orientação exportadora da PS ao nível dos seus sectores de especialização mais significativa (considerando os Quocientes de Localização anteriormente definidos), comparativamente com a RLVT, a AML e a GL. A vertente exportadora das regiões, para o ano de 1996, encontra-se relativizada face Continente (ao qual é atribuído o valor 100).

Na maioria dos sectores de forte especialização produtiva da PS, esta evidencia uma orientação exportadora que supera a do Continente e a das restantes regiões, sendo de destacar, nestes termos, os seguintes sectores: indústria de madeira e cortiça, fabricação de pasta, papel e cartão, fabricação de produtos químicos, fibras sintéticas ou artificiais, fabricação de produtos metálicos (excepto máquinas e equipamentos), fabricação de equipamentos e aparelhos de rádio, televisão e comunicação e fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques.

Gráfico III.27 - Índices de Orientação Exportadora, por Sectores, em 1996



Fonte: Base de Dados de Indicadores Económico-Financeiros das Empresas, Augusto Mateus & Associados.

Os indicadores de Racionalização Financeira em seguida apresentados foram obtidos do seguinte modo:

- Autonomia Financeira = Situação Líquida/Activo Líquido
- Liquidez Geral = Activo Circulante/Débitos de Curto Prazo
- Estrutura de Endividamento = Capital Alheio de Curto Prazo/Activo Líquido
- Cobertura do Imobilizado = Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido

A região da PS apresenta uma autonomia financeira com valores superiores aos das restantes regiões consideradas, enquanto que a região da GL apresenta a capacidade monetária mais significativa de fazer face às dívidas de curto prazo, uma

vez que possui, em média, um valor para o indicador de liquidez geral superior ao das restantes regiões, apesar de não ultrapassar a média nacional.

Em relação à estrutura de endividamento da empresa, é de mencionar que a PS apresenta o valor mais favorável no conjunto das regiões consideradas, uma vez que revela um menor grau de exigibilidade do passivo.

No que diz respeito ao indicador de cobertura do imobilizado, a região da GL e a AML apresentam os valores mais favoráveis para o indicador em causa, enquanto que a PS apresenta o valor mais baixo no conjunto das regiões.

Quadro III.31 - Indicadores de Racionalização Financeira em 1996

	Autonomia Financeira	Liquidez Geral	Estrutura de Endividamento	Cobertura do Imobilizado
	Média	Média	Média	Média
Península de Setúbal	12,3%	1,12	0,5631	114%
Grande Lisboa	6,12%	1,2406	0,7005	123%
Área Metrop. de Lisboa	6%	1,2045	0,7049	118%
L. V. Tejo	5,87%	1,1823	0,666	115%
Continente	11,1%	1,32	0,5779	117%

Fonte: Base de Dados de Indicadores Económico-Financeiros das Empresas, Augusto Mateus & Associados.

Os indicadores de Performance Financeira e Comercial em seguida apresentados foram obtidos do seguinte modo:

- Rendibilidade Bruta das Vendas (RBV) = Meios Libertos/Vendas
- Rendibilidade Diferencial = RBV – (Encargos Financeiros/Capital Alheio)
- Produtividade Aparente do Capital = VAB/Activo Líquido

Em termos dos indicadores de rendibilidade, é de referir que a PS apresenta quer em termos de rendibilidade bruta das vendas, quer em termos de rendibilidade diferencial, valores superiores aos das restantes regiões.

Quadro III.32 - Indicadores de Performance Financeira e Comercial em 1996

	Rendibilidade Bruta das Vendas	Rendibilidade Diferencial
	Média	Média
Península de Setúbal	0,1976	0,06946
Grande Lisboa	0,1525	0,05689
Área Metrop. de Lisboa	0,1488	0,05485
L. V. Tejo	0,1580	0,05016
Continente	0,1554	0,05154

Fonte: Base de Dados de Indicadores Económico-Financeiros das Empresas, Augusto Mateus & Associados.

Os indicadores de Especialização Industrial em seguida apresentados foram obtidos do seguinte modo:

- Coeficiente Capital Emprego = Activo Líquido/Emprego
- Remuneração Média do Trabalho = Encargos com Pessoal/Emprego

No conjunto das regiões em análise, a GL apresenta o valor mais elevado em termos de coeficiente capital-emprego, enquanto que a PS possui o valor mais reduzido para o mesmo. Em termos de remuneração média do trabalho, é possível verificar que esta se afigura como sendo mais baixa na PS, comparativamente com as restantes regiões.

Quadro III.33 - Indicadores de Especialização Industrial em 1996

	Coeficiente Capital Emprego	Remuneração Média do Trabalho
	Média	Média
Península de Setúbal	5183000	675515,3
Grande Lisboa	6665075	685064,7
Área Metrop. de Lisboa	6476737	681982,3
L. V. Tejo	6582537	700535,9
Continente	7003759	682867

Fonte: Base de Dados de Indicadores Económico-Financeiros das Empresas, Augusto Mateus & Associados.

3. A dinâmica das actividades económicas na Península de Setubal: linhas fundamentais de evolução e desafios futuros

Neste domínio, e a título de enquadramento prévio do que se vai dizer a seguir a propósito da dinâmica das diferentes actividades de especialização da PS, importa começar por salientar o facto desta unidade territorial possuir, no conjunto das regiões do país, um número muito significativo de unidades económicas que se integram em empresas cujos responsáveis e estratégias se situam fora do seu próprio espaço (característica que não deve ser lida em estreita associação com a presença do investimento directo estrangeiro, uma vez que ela diz respeito, em primeiro lugar, ao próprio capital de origem nacional).

A Península desenvolveu-se, assim, com um défice de autonomia no que respeita à formulação das estratégias e comportamentos dos agentes económicos fundamentais, configurando-se muito mais como um "**território**" sujeito a intervenções de agentes exteriores, do que como uma "**região**" dotada de capacidade endógena de criação e articulação de unidades económicas.

Em forte sintonia com esta característica - função de “dormitório” pouco qualificado para uma vasta zona do “arco ribeirinho” da Península e primado da lógica de “estabelecimento” ou “unidade produtiva” sobre a lógica “empresa” -, as actividades localizadas na PS apresentam articulações pouco complexas e ligações insuficientemente diversificadas seja no que respeita à indústria, seja no que respeita aos serviços e ao comércio.

As insuficiências que daqui resultam ao nível da cooperação empresarial e com as chamadas infra-estruturas de suporte à actividade económica, envolvendo uma partilha limitada de riscos, custos e competências nas áreas tecnológica, produtiva, de concepção e desenvolvimento de novos processos e produtos, de gestão, organização e marketing, entre outras, e cadeias de valor industriais insuficientemente desenvolvidas a montante e a jusante, travam a difusão dos impactos dos investimentos de maior dimensão no tecido produtivo regional.

Esta configuração de actividades, a par das "fugas" para a GL no processo de produção e circulação (utilizações em investimento e consumo) de rendimento, tendem a gerar um fenómeno de forte **sincronização conjuntural** entre as várias actividades económicas (indústria, construção, comércio e serviços), isto é, a difusão generalizada das vagas de crescimento e de crise, acentuando os aspectos negativos de um e outro processos, na ausência de formas de reequilíbrio dos mesmos com base em ritmos diferenciados de desenvolvimento das diferentes actividades económicas.

O desenvolvimento estrutural da PS e a sua afirmação competitiva nos espaços onde se insere - a AML, o espaço nacional e o espaço europeu - exigem que se enfrente, de forma proactiva, dinâmica, um conjunto de novos desafios de competitividade territorial que decorrem da globalização das actividades económicas, da construção europeia e da integração crescente dos diversos mercados, de bens, serviços e factores produtivos, e das políticas supranacionais e nacionais de desenvolvimento regional e de promoção da coesão económica e social, e que, no essencial, têm a ver com o seguinte:

- os desafios da passagem de um **território**, sujeito mais ou menos passivo de intervenções exteriores, a uma **região** com suficiente capacidade endógena para gerar iniciativas e acções de desenvolvimento económico, social e ambiental, protagonizadas por agentes económicos e políticos com estratégias centradas nas potencialidades e limitações da Península, e, portanto, para promover um reequilíbrio entre as dinâmicas internas e os impulsos externos no seu processo de desenvolvimento;
- os desafios do **enriquecimento e diversificação das funções** desempenhadas pela região no quadro mais geral da estruturação dos espaços onde se insere - a AML, o espaço nacional e o espaço europeu -, promovendo-se o desenvolvimento sistemático e ousado

de formas de internacionalização competitiva das actividades económicas;

- os desafios do desenvolvimento de novos **factores de atracção e conservação da localização das actividades económicas estruturantes**, alicerçadas em capitais nacionais ou estrangeiros; desafios onde as infra-estruturas tradicionais de apoio à circulação material de pessoas e bens e o baixo custo da mão de obra cedem a posição determinante às novas infra-estruturas de afirmação do imaterial e de difusão da ciência aplicada e da informação, de circulação dos capitais, das tecnologias e dos serviços e de adaptação competitiva à logística das novas formas de organização da produção onde a produção atempada com maximização da qualidade e minimização dos stocks assume papel preponderante;
- os desafios da **gestão de um processo de mudança permanente** em alternativa à concepção tradicional da passagem de um modelo esgotado a outro modelo mais ou menos definido; quer as características da situação mundial e da difusão das novas tecnologias, quer as características da PS, sugerem, como mais adequado, um processo gradualista valorizador da diversidade em que se garantam várias dinâmicas de modernização e adaptação de recursos em função aliás da coexistência de diferentes estruturas empresariais, diferentes níveis de qualificação da mão de obra, diferentes modelos de consumo e diferentes níveis de vida;
- os desafios da implantação participada de formas de **flexibilidade produtiva e organizacional**, necessariamente valorizadoras do desenvolvimento e qualificação generalizada dos recursos humanos em sintonia com o imprescindível upgrading tecnológico, como

exigência das novas formas de concorrência no quadro da globalização das actividades económicas;

- os desafios da **promoção da coesão económica e social**, encarada como objectivo regional, nacional e europeu e traduzida no acesso duradouro das populações a melhores condições de vida alicerçadas em ganhos generalizados de produtividade só possíveis com novas racionalidades microeconómicas, com fortes investimentos nos factores estratégicos que originam vantagens competitivas de médio e longo prazo (ciência e tecnologia, investigação e desenvolvimento, educação e formação, nomeadamente) e com uma evolução social fortemente aberta à inovação.

O surgimento de agentes económicos com vocação para protagonizarem estratégias efectivas de desenvolvimento regional e a sinergia de iniciativas e estratégias, públicas e privadas, envolvendo processos específicos de intervenção e concertação, onde a compatibilização e integração de objectivos de natureza económica, social e cultural faz o seu caminho, constituem aspectos qualitativos centrais desta afirmação regional.

Depois deste ponto prévio de enquadramento, em que se faz uma análise sintética das características específicas e dos principais desafios que se colocam à PS, em termos do seu processo de desenvolvimento estrutural, importa agora ressalvar os aspectos centrais da dinâmica actual e nos tempos mais próximos das suas actividades económicas e especialização produtiva.

Como foi visto atrás, a evolução mais recente, e, provavelmente, nos tempos próximos, na PS, tem sido marcada, entre outras coisas, por uma importância crescente das actividades terciárias associadas ao comércio, turismo e serviços às empresas, em desfavor, nomeadamente, da indústria, que, não obstante, continua a ter aqui um peso bastante relevante, e dos serviços financeiros, cuja importância é, pelo

contrário, ainda muito limitada, no quadro de uma estrutura industrial relativamente diversificada.

Ao nível da indústria transformadora, e considerando os factores chave de competitividade explorados, verifica-se que o perfil de especialização da PS está organizado e tenderá a organizar-se, num cenário de progressiva afirmação regional, e ao contrário do que acontece na maior parte do Continente, onde o baixo custo da mão de obra e, em segundo lugar, o fácil acesso a recursos naturais, são dominantes, em torno da exploração de economias de escala e do esforço de diferenciação do produto, salientando-se, neste contexto, como actividades de especialização mais significativa a fabricação de material de transporte e de equipamento eléctrico, as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos, a indústria química, a fabricação de pasta e papel e, em menor grau, de madeira e cortiça.

Há que assinalar, a este propósito, o contributo efectivo da PS para o melhor posicionamento qualitativo da RLVT, comparativamente com o Continente e com as outras regiões NUT II, traduzido, nomeadamente, nos seguintes aspectos:

- nos factores chave de competitividade, a Península é uma das grandes responsáveis pela especialização da região de LVT nas indústrias explorando economias de escala ou estratégias de diferenciação do produto, limitando, pelo contrário, a especialização desta NUT II em indústrias cujo elemento central de competitividade passa pela utilização de mão de obra barata;
- no nível tecnológico, a Península é, também, uma das responsáveis pela especialização de LVT nas indústrias dos níveis médio/alto e alto, registando níveis superiores de produtividade global e de incorporação de valor acrescentado no processo produtivo à média do Continente;
- nas fileiras de transformação, a importância da PS para o bom posicionamento de LVT na fileira metálica é inegável.

No plano da especialização industrial, haverá que salientar, também, o facto de coexistirem ainda unidades características das várias fases do processo de industrialização da PS: das indústrias tradicionais de exportação, como as conservas e a transformação de cortiça, passando pelas indústrias básicas, como a siderurgia, a química pesada, os adubos e os cimentos, pelas indústrias "truncadas", como a montagem de automóveis, pelas "novas" indústrias de exportação mais incipientes, como a confecção de vestuário e o material eléctrico, ou mais sofisticadas, como a transformação do papel e a reparação naval, às indústrias de maior aposta recente do investimento directo estrangeiro, como a fabricação de automóveis e componentes.

A tendência, globalmente positiva, de especialização, a nível industrial, da PS vai, não obstante, no sentido de um reforço claro do peso das indústrias que fazem da exploração de economias de escala e de estratégias de diferenciação do produto os meios privilegiados de promoção e sustentação, a médio e longo prazo, da sua competitividade, seja no mercado doméstico, seja nos mercados europeu e mundial.

Anexo 1

Divisão da cae rev2	Designação
10 a 14	Indústrias Extractivas
15	Indústrias Alimentares e de Bebidas
16	Indústria do Tabaco
17	Fabricação de Têxteis
18	Indústria do Vestuário
19	Indústria do Couro
20	Indústria da Madeira e Cortiça
21	Fabricação de Pasta, Papel e Cartão
22	Edição e Impressão
23	Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustíveis
24	Fabricação de Produtos Químicos e Fibras Sintéticas ou Artificiais
25	Fabricação de Artigos de Borracha e Matérias Plásticas
26	Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos
27	Indústria Metalúrgicas de Base
28	Fabricação de Produtos Metálicos, excepto Máquinas e Equipamentos
29	Fabricação de Máquinas e Equipamentos, n.e.
30	Fabricação de Máquinas de Escritório e de Equipamento para o Tratamento Automático da Informação
31	Fabricação de Máquinas e Aparelhos Eléctricos, n.e.
32	Fabricação de Equipamento e Aparelhos de Rádio, TV e Comunicação
33	Fabricação de Aparelhos e Instrumentos Médico-Cirúrgicos, Ortopédicos, de Precisão, de Óptica e de Relojoaria
34	Fabricação de Veículos Automóveis, Reboques e Semi-Reboques
35	Fabricação de Outro Material de Transporte
36	Fabricação de Mobiliário; Outras Indústrias Transformadoras
37	Reciclagem
45	Construção
50	Comércio e Reparação de Veículos Automóveis; Comércio a Retalho
51	Comércio por Grosso e Agentes do Comércio, excepto Veículos
52	Comércio a Retalho (excepto Veículos Automóveis e Combustíveis para Veículos); Reparação de Bens Pessoais e Domésticos
55	Alojamento e Restauração
60 a 64	Transportes e Comunicações
65 a 67	Actividades Financeiras
70 a 74	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
80	Educação
85	Saúde e Acção Social

Anexo 2

A classificação seguinte (*) agrega as indústrias em cinco grandes grupos, segundo os principais factores de competitividade explorados por cada actividade.

GRUPOS	FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE	INDÚSTRIAS
Forte Intensidade de Recursos Naturais	Acesso facilitado a recursos naturais	Produtos alimentares, bebidas, tabaco, couro, madeira, papel, refinação de petróleo, cimento e argila
Forte Intensidade em Mão de Obra	Custos do factor trabalho	Têxteis, vestuário, calçado, mobiliário, metais não ferrosos, obras em metal
Fortes Economias de Escala	Alargamento da gama de produção	Impressão, produtos químicos, borracha e plástico, cerâmica e vidro, siderurgia, material ferroviário, construção naval, automóveis e outros transportes
Aposta na Diferenciação do Produto	Adaptação dos produtos às características diversificadas da procura	Máquinas não eléctricas com excepção de equipamento informático, máquinas eléctricas excluindo material de telecomunicações e semicondutores
Forte Intensidade em I&D	Aplicação rápida do progresso científico e tecnológico	Produtos farmacêuticos, informática, material de telecomunicações e semicondutores, construção aeronáutica, instrumentos científicos e outros produtos químicos

De referir que as categorias mencionadas não são estanques, ou seja, a competitividade empresarial é função de um conjunto de factores, devidamente articulados e integrados, por exemplo, a aplicação do progresso científico e tecnológico desempenha um papel fundamental nas indústrias que asseguram a produção de bens diferenciados.

(*) - Ver OCDE (1987), Ajustement Structurel et Performance de l´Économie, Capítulo 7.